

FEUC

et al.



1 2 9 0
FACULDADE DE ECONOMIA
UNIVERSIDADE DE
COIMBRA

■ **TEMAS EM FOCO**
THEMES IN FOCUS

■ **INTERNACIONALIZAÇÃO**
INTERNATIONALIZATION

■ **LIGAÇÃO À SOCIEDADE**
CONNECTION TO SOCIETY

EQUIPA EDITORIAL

—
Paulo Saraiva (Coord.)
André Brito Correia
Luís Moura Ramos
Sofia José Santos

Faculdade de Economia
da Universidade
de Coimbra



EDITORIAL

4

6
INVESTIGAÇÃO@FEUC
RESEARCH@FEUC

—
José Manuel Mendes
Rita Martins

TEMAS EM FOCO

8

Rui Pedro dos Santos Lourenço
— Em Memória

—
Luís Dias
Maria Manuel Leitão Marques

10

Memórias da resistência:
Da análise museológica à
documentação da luta armada
em Portugal

—
Raquel da Silva

11

Portugal: regulação, instituições
e formas de economia política
(1974-2023)

—
José Reis

12

Um olhar sobre as memórias
de Abril: Trabalho, cidadania
e ativismo

—
Andrés Spognardi
Hermes Augusto Costa
Ana Raquel Matos
Pierre Marie

13

A sustentabilidade da política
orçamental portuguesa em
Democracia

—
Ricardo Ferraz
Joaquim Miranda Sarmento
António Portugal Duarte

INTERNACIONALIZAÇÃO

14

FEUC Science Prize 2024

—
An interview
with Tiago Neves Sequeira

17

Socioeconomic inequalities
at the place of death: evidence
for Europe based on SHARE data

—
Óscar Lourenço
Sílvia Portugal

18

How was people's view of the
economy shaped during the
COVID-19 crisis?

—
Vitor Castro
Rodrigo Martins

19

Institutional experience, formal
institutional quality, and firm
performance: An analysis of
firms from the European Union

—
Alexandre Oliveira
Fernando Carvalho
Nuno Rosa Reis

20

Exploring Discourses
on the EU: Insights from
the MEDIATIZED-EU Project

—
Maria Raquel Freire
Sofia José Santos
Moara Crivelente
Luíza Bezerra

21

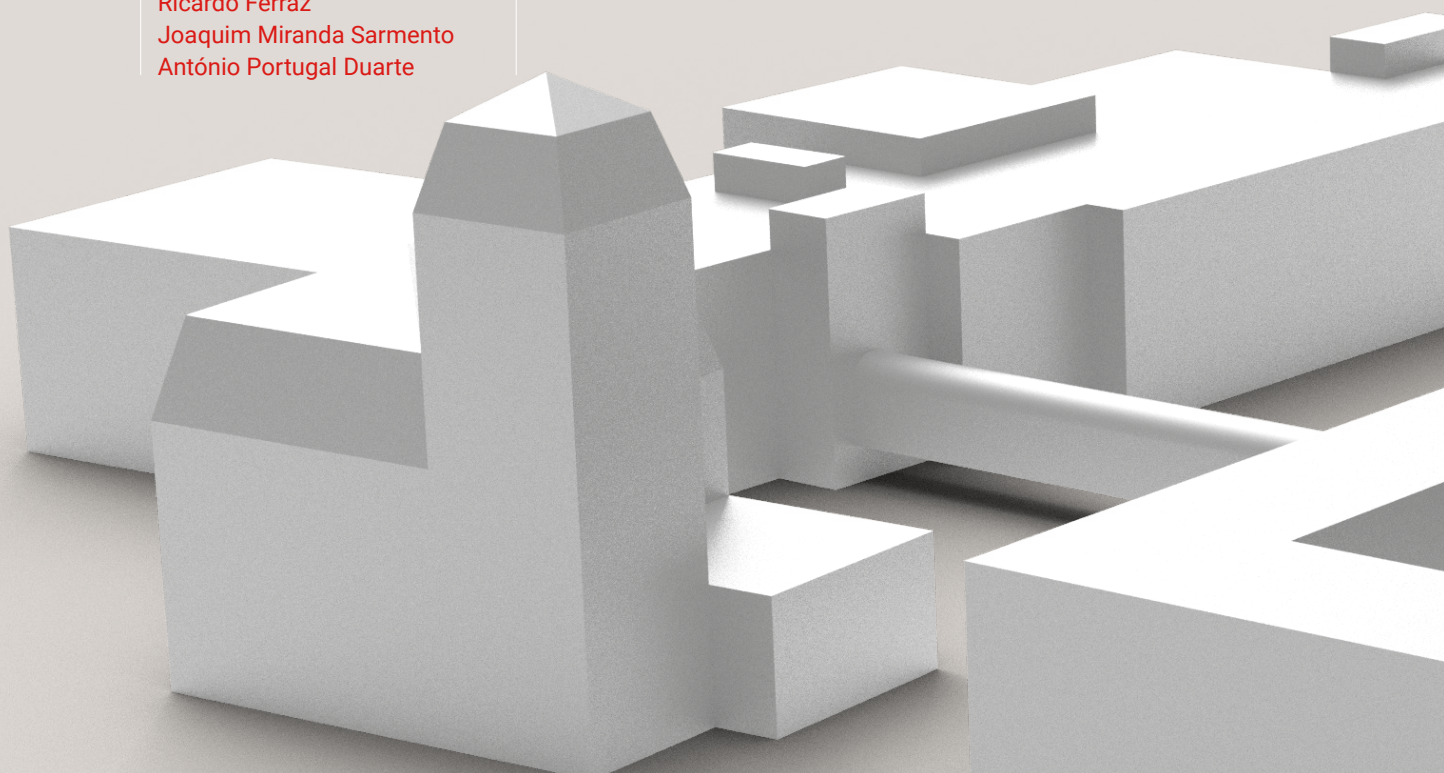
Atlantic Security
and the Complementarity
between the EU and NATO

—
Licínia Simão

22

Prémio Fundação
Eng.º António de Almeida 2024

—
An Interview with
Ernesto Nieto-Carrillo



LIGAÇÃO À SOCIEDADE

24

Avaliação multicritério para produtos e materiais SSbD (Safe and Sustainable by Design)

—

Luis Dias

25

Pessoas, arroz e mangais nas periferias da Guiné-Bissau

—

Paula Duarte Lopes e a Equipa do MARGINS

26

A demografia do futuro. Qual o papel da FEUC na sustentabilidade demográfica?

—

Pedro Góis

27

A confiança pode mover montanhas? Promoção da criatividade radical em organizações públicas

—

Avilton Junior
Filipe Coelho
Isabel Dimas

28

A transferência de competências nos municípios da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra

—

Luís Moura Ramos
Catarina Proença
Daniel Taborda
Liliana Pimentel
Ricardo Joaquim
Susana Jorge

29

Uma teoria sociojurídica da sociedade algorítmica: Os caminhos de uma investigação em curso

—

João Pedroso

30

A automação integral do planeamento de tratamentos em radioterapia está pronta para levantar voo?

—

Joana Matos Dias
Humberto Rocha

31

Medição da utilização da informação financeira pelos políticos nas autarquias locais

—

Susana Jorge
Liliana Pimentel

32

Prémio Professora Doutora Ana Maria Rodrigues 2023/2024

—

Liliana Pimentel
Gabriela Tavares Rodrigues

INVESTIGAÇÃO EM NÚMEROS

34

TESES DE DOUTORAMENTO DEFENDIDAS EM 2024

36

LIVROS PUBLICADOS EM 2024

38

DOCENTES E ESTUDANTES PREMIADOS EXTERNAMENTE

40

FEUC ET AL.

EDITORIAL



—
André Brito Correia
Luís Moura Ramos
Paulo Saraiva
Sofia José Santos

A presente publicação constitui a sétima edição do boletim FEUC et al., cujo propósito é ilustrar, de forma representativa, mas necessariamente parcelar, a diversidade e a riqueza da investigação feita na FEUC.

Nesta edição, relativa à investigação publicada em 2024, quisemos assinalar os 50 anos do 25 de Abril como tema em foco. Através da leitura dos quatro textos aqui publicados, poder-se-á constatar que os cinquenta anos de Democracia em Portugal foram motivo para diversos estudos, analisando múltiplos aspetos da evolução recente do nosso país, sem esquecer uma perspetiva acerca da resistência política em Portugal.

Entendemos também lembrar nesta publicação o nosso saudoso colega Rui Lourenço, que prematuramente nos deixou no final de dezembro, não só evocando o seu percurso académico, enquanto docente e investigador, mas igualmente em missões extrauniversitárias, em áreas como a democracia digital e a transformação digital da Administração Pública.

Os trabalhos apresentados representam apenas uma pequena parte da investigação desenvolvida por membros da FEUC. Esperamos que esta seleção funcione como um incentivo para que, através da leitura, aprofunde o conhecimento sobre estes autores et al.

This publication is the seventh edition of the FEUC et al. bulletin, whose purpose is to illustrate, in a representative but necessarily partial way, the diversity and richness of research carried out at FEUC.

In this edition, relating to the research published in 2024, we wanted to mark the 50th anniversary of the 25th of April as the theme in focus. By reading the four texts published here, the fifty years of Democracy in Portugal have been the subject of several studies, analyzing multiple aspects of the recent evolution of our country, without forgetting a perspective on political resistance in Portugal.

We also wish to remember in this publication our late colleague Rui Lourenço, who prematurely left us at the end of December, not only evoking his academic career, as a teacher and researcher, but also in extra-university missions, in areas such as digital democracy and the digital transformation of Public Administration.

The works presented represent only a small part of the research developed by FEUC members. We hope that this selection will serve as an incentive for you to deepen your knowledge about these authors et al.

NESTA SÉTIMA EDIÇÃO, QUISEMOS ASSINALAR OS 50 ANOS DO 25 DE ABRIL COMO TEMA EM FOCO
IN THIS SEVENTH EDITION, WE WANTED TO HIGHLIGHT THE 50TH ANNIVERSARY OF THE 25TH OF APRIL



No domínio da internacionalização, 2024 foi um ano particularmente intenso, especialmente no que concerne a duas vertentes: prossecução dos processos de certificação internacional de programas de estudo oferecidos pela FEUC e reforço de parcerias internacionais, com o estabelecimento de novos acordos de dupla titulação e convénios para o intercâmbio científico e pedagógico.

INVESTIGAÇÃO@FEUC

— José Manuel Mendes *Diretor da FEUC* / Rita Martins *Subdiretora para a Investigação e Internacionalização*

A atual Direção da FEUC iniciou funções em abril de 2024, comprometida com a conjugação dos valores da liberdade intelectual e da ética com os desafios da promoção da qualidade pedagógica e da investigação de excelência.

Promovendo a articulação estratégica entre as vertentes da investigação, da pedagogia e da internacionalização, a conferência de abertura do ano letivo na FEUC foi proferida por um dos economistas mais prestigiados a nível mundial, o professor Luís Cabral, da New York University, Stern School of Business. Intitulada “A Economia no Século XXI”, a palestra teve como ponto central a apresentação da sua proposta para uma reforma no ensino da Economia, aproximando-a de outras ciências sociais e humanas. Apresentada por um economista reconhecido pelo seu percurso traçado a partir de abordagens metodológicas formais, típicas da economia ortodoxa, esta visão tem tanto de surpreendente quanto de interessante. Além disso, reflete, no nosso entender, o caminho da FEUC numa trajetória onde coabitam, com a Economia e a Gestão, outras duas áreas de formação e investigação, a Sociologia e as Relações Internacionais, numa lógica clara e assumida de interdisciplinaridade.

Outra figura internacional de relevo recebida na FEUC em 2024 foi Francesca Albanese, Relatora Especial das Nações Unidas para a situação dos Direitos Humanos nos Territórios Palestinos Ocupados. A conferência proferida intitulou-se “Palestine: the tomb of international law?” e decorreu no âmbito das celebrações dos 20 anos do Programa de Doutoramento em Relações Internacionais – Política Internacional e Resolução de Conflitos.

No domínio da internacionalização, 2024 foi ainda um ano particularmente intenso, especialmente no que concerne a duas vertentes: certificação internacional de programas de estudo oferecidos pela FEUC e reforço de parcerias.

Relativamente à primeira vertente, prosseguiram-se os processos que visam a certificação internacional das Licenciaturas em Economia e em Gestão pela European Foundation for Management Development, e a certificação internacional do MBA para Executivos pela Association of MBAs.

Na segunda vertente, foram estabelecidos novos acordos de dupla titulação no contexto do Mestrado em Economia, estando outros em preparação no âmbito do mesmo mestrado e também no Mestrado em Gestão. Estabeleceram-se também novos convénios para o intercâmbio científico e pedagógico de docentes e estudantes no contexto de programas doutorais e de mestrado.

No contexto da mobilidade internacional de estudantes, a FEUC continuou a registar um elevado dinamismo, com 339 Acordos Bilaterais Erasmus+ em vigor. No ano letivo 2023/24, a FEUC acolheu 328 estudantes em mobilidade *incoming*, oriundos de 33 nacionalidades diferentes. Apesar de se ter verificado um aumento de 22,2% face ao ano letivo anterior nas unidades curriculares lecionadas em inglês, o atraso na publicação dos novos planos curriculares dos cursos de Economia e de Gestão pode explicar a diminuição de cerca de 15% na mobilidade *incoming*, em comparação com 2022/23. Em sentido contrário, registou-se um aumento de 8% face ao ano letivo anterior na mobilidade *outgoing*, tendo-se proporcionado a frequência de um semestre/ano letivo no exterior a 129 estudantes. Em termos percentuais, estes resultados evidenciam uma evolução no sentido

de uma maior reciprocidade entre *incoming* e *outgoing*.

Importa também destacar a implementação da 1.ª edição do “Prémio FEUC Mobilidade Outgoing”, que distingue o melhor desempenho curricular e procura estimular a mobilidade internacional dos/as estudantes das quatro licenciaturas da FEUC.

No domínio da investigação, o ano de 2024 ficou marcado pelos processos de avaliação dos centros de investigação – CeBER (Center for Business and Economics Research) e CES (Centro de Estudos Sociais) – aos quais está associada a esmagadora maioria dos docentes da FEUC.

Paralelamente, e no que respeita ao CeBER, ficaram concluídas as obras de requalificação das suas novas instalações, no antigo Instituto Geofísico da Universidade de Coimbra. O espaço alberga gabinetes partilhados de trabalho para membros e para estudantes de doutoramento; sala de reuniões; gabinetes de direção e de coordenações dos seus *clusters* (Inovação Organizacional e Desenvolvimento; Instituições e Políticas para o Desenvolvimento Sustentável; e Decisões e Políticas em Saúde); sala de formação; secretariado; e zonas de *lounge* e copa. Para além das condições físicas, acredita-se no seu potencial para estimular um espírito de comunidade CeBER, dado que a partilha de um espaço comum é propícia à discussão e troca de ideias, à colaboração na resolução de problemas e ao surgimento de novos planos de investigação, que se pretende estimular.

Atendendo ao elevado número (98) de estudantes internacionais inscritos/as nos programas de doutoramento da FEUC, veículo privilegiado no contexto da interligação ensino-investigação, a Direção encetou em 2024 um processo de atualização dos programas doutorais, por considerar que tal é fundamental para estimular a internacionalização e atrair melhores estudantes. Neste âmbito, duas iniciativas merecem destaque: o início do processo de reformulação dos programas doutorais FEUC – CES, e a criação do Doutoramento em Economia e Finanças, em parceria com a Universidade do Minho, que substitui o anterior Doutoramento em Economia.

No que concerne a resultados de investigação, a FEUC continua com registos assinaláveis. O número de livros publicados aumentou cerca de 46% face a 2023. No que toca a artigos publicados em revistas científicas internacionais, iniciou-se uma trajetória, em linha com as metas estratégicas definidas pela FEUC, e em sintonia com o Plano Estratégico da Universidade de Coimbra no domínio da investigação, de aposta na qualidade em detrimento da quantidade. O número de artigos publicados sofreu uma ligeira redução em 2024, em comparação com 2023, mas verificou-se um aumento do número de publicações em revistas situadas no primeiro quartil da *Web of Science*.

Em termos de projetos de investigação, e na sequência de concursos competitivos, diversos docentes da FEUC lideraram ou participaram em projetos de diferentes tipologias (por exemplo, *Horizon Europe*, *Interreg*, *COST Action*, *Flagship*) financiados por organismos nacionais (como a Fundação para a Ciência e a Tecnologia) ou internacionais (por exemplo, a Comissão Europeia e o Comité Económico e Social Europeu).

Por fim, mas não menos relevante, 2024 fica marcado como o ano em que se deram os primeiros passos relativos à criação da *Coimbra School of Management – University of Coimbra*, cuja marca já se encontra registada. •

Concerning internationalization, 2024 was also a particularly intense year, mainly in two dimensions: continuation of the international certification processes of degree programs offered by FEUC and the strengthening of partnerships, with the establishment of new double degree agreements and agreements for scientific and pedagogical exchange.

RESEARCH@FEUC

— José Manuel Mendes *FEUC Dean* / Rita Martins *Vice-Dean for Research and Internationalization*

The current FEUC Board began its term in April 2024, committed to combining the values of intellectual freedom and ethics with the challenges of promoting pedagogical quality and excellence in research.

To promote the strategic articulation between research, pedagogy, and internationalization, the opening conference of the academic year at FEUC was delivered by one of the world's most prestigious economists, Professor Luís Cabral from New York University – Stern School of Business. Entitled 'Economics in the 21st Century', the lecture focused on presenting his proposal for reforming the teaching of Economics to bring it closer to other social and human sciences. Presented by an economist recognized for his career based on formal methodological approaches typical of orthodox economics, this vision is as surprising as it is interesting. Moreover, in our opinion, it reflects, FEUC's strategic option in which Economics and Management coexist with two other areas of education and research, Sociology and International Relations, in a clearly recognised interdisciplinarity framework.

Another prominent international figure present at FEUC in 2024 was Francesca Albanese, United Nations Special Rapporteur on the situation of Human Rights in the occupied Palestinian territories. The conference she delivered was entitled 'Palestine: the tomb of international law?', and took place as part of the celebrations of the 20th anniversary of the PhD Programme in International Relations – International Politics and Conflict Resolution.

Concerning internationalization, 2024 was also a particularly intense year, mainly in two dimensions: the international certification of degree programs offered by FEUC and the strengthening of partnerships. Regarding the first dimension, the processes aimed at the international certification of the Bachelor's degrees in Economics and Management by the European Foundation for Management Development and for the international certification of the Executive MBA by the Association of MBAs continued.

For the second dimension, new double degree agreements were established for the Master in Economics, with others being prepared within the same Master and also in the Master in Management. New agreements were also established for the scientific and pedagogical exchange of teachers and students in the context of doctoral and master programmes.

In terms of international student mobility, FEUC continued to be very dynamic, with 339 Erasmus+ Bilateral Agreements in force. In the academic year 2023/24, FEUC was chosen by 328 incoming mobility students from 33 different nationalities. Despite an increase of 22.2% compared to the previous academic year in courses taught in English, the delay in the publication of the new curricula for the Economics and Management undergraduate programmes may explain the decrease of around 15% in incoming mobility compared to the previous academic year. Conversely, there was an 8% increase in outgoing mobility, giving 129 students the opportunity to attend a semester/year abroad. In percentage terms, these results show a trend towards greater balance between incoming and outgoing mobility.

It is also worth highlighting the 1st edition of the "FEUC Outgoing Mobility Award", which distinguishes the best curricular performance and seeks to stimulate the international mobility of students from the four FEUC Bachelor's degrees.

In the field of research, 2024 was marked by the evaluation processes of the research centres – CeBER (Centre for Business and Economics Research) and CES (Centre for Social Studies) – to which the overwhelming majority of FEUC professors belong.

In addition, the renovation of CeBER's new facilities in the former Geophysical Institute of the University of Coimbra was completed. The new space includes shared offices for members and doctoral students, meeting rooms, director office, coordination office for its clusters (Organizational Innovation and Development; Institutions and Policies for Sustainable Development; and Health Decisions and Policies), a training room, a secretariat, and lounge and snack areas. Besides the physical conditions, the potential to stimulate a CeBER community is a reality, as sharing a common space is conducive to discussion and exchange of ideas, collaboration in problem solving and the emergence of new research agendas to be stimulated.

Given the high number (98) of international students enrolled in FEUC's doctoral programmes, a privileged vehicle in the context of the teaching-research connection, FEUC's Board initiated a process of updating the doctoral programmes in 2024, essential to stimulate internationalisation and attract better students. In this context, two initiatives are worth mentioning: the beginning of the process of reformulating the doctoral programmes of FEUC – CES, and the creation of the PhD in Economics and Finance, in partnership with the University of Minho, replacing the previous PhD in Economics.

Regarding research outputs, FEUC continues to achieve remarkable records. The number of books published increased by about 46% compared to 2023. In terms of articles published in international scientific journals, a trajectory has begun in line with the strategic objectives defined by FEUC, and in line with the Strategic Plan of the University of Coimbra in the field of research, focusing on quality rather than quantity. The number of articles published decreased slightly in 2024 compared to 2023, but there was an increase in the number of publications in journals ranked located in the first quartile of the Web of Science.

In terms of research projects, and following competitive calls, several FEUC professors have led or participated in projects of different types (e.g., Horizon Europe, Interreg, COST Action, Flagship) funded by national bodies (such as the Foundation for Science and Technology) or international bodies (e.g., European Commission and European Economic and Social Committee).

Finally, 2024 was the year in which the first steps were taken towards the creation of the Coimbra School of Management – University of Coimbra, whose trademark has already been registered. •

RUI PEDRO DOS SANTOS LOURENÇO – EM MEMÓRIA

—

Luis Dias

Rui Pedro dos Santos Lourenço (1969-2024) licenciou-se em Engenharia Informática na Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra em 1992. Começou por trabalhar no setor privado (Edisoft, Textesoft), mas regressou à Universidade de Coimbra em 1998 para ingressar numa profícua carreira académica na Faculdade de Economia. Aí concluiu um Mestrado em Gestão da Informação (2000) e um Doutoramento em Organização e Gestão de Empresas, na especialidade de Ciências dos Sistemas nas Organizações (2008).

Como docente na FEUC, desenvolveu a sua atividade no Núcleo de Métodos Científicos de Gestão, que coordenou por diversas ocasiões. Lecionou um leque variado de disciplinas nas áreas de sistemas de informação, investigação operacional e métodos de investigação, em cursos de licenciatura, mestrado e doutoramento. Cooordenou o Programa de Doutoramento em Gestão – Ciência Aplicada à Decisão.

Foi paralelamente investigador no INESC Coimbra e mais tarde no CeBER, onde era membro da Comissão Científica e se dedicava aos temas da democracia digital e da transformação digital da Administração Pública (eGovernment), incluindo a transparência e responsabilização (accountability). Um dos seus últimos trabalhos (Lourenço, R. P., Government transparency: Monitoring public policy accumulation and administrative overload. *Government Information Quarterly*, 40(1), 101762, 2023) é um exemplo da im-

portância da sua investigação, com impacto a nível académico (publicado numa revista muito prestigiada e recebendo um número muito destacado de citações), bem como relevância para as políticas públicas.

As suas reconhecidas competências nestes domínios levaram-no a ser requisitado como Técnico Especialista no gabinete da Ministra da Presidência e Modernização Administrativa (2017-2019) e a ser nomeado como Membro da Equipa de Coordenação da Iniciativa Nacional de Competências Digitais INCoDe.2030 (2019-2020).

Numa nota mais pessoal, ainda antes de nos encontrarmos na FEUC, o Rui tinha sido meu colega no secundário e na licenciatura. Era até cumulativamente, num aparente paradoxo, meu padrinho e meu afilhado de casamento. De todos estes contextos, todas as opiniões convergem: o Rui correspondia de forma perfeita à definição do que é uma boa pessoa. Tinha aversão a atividades de “perda inútil de tempo” (as quais sabiamente identificava), mas a sua generosidade era inesgotável. Recordaremos sempre na FEUC a alegria com que nos contagiava, em horas que não se perdiam, antes se ganhavam. •

—

Maria Manuel Leitão Marques

Numa palavra conseguiria dizer o que o Rui Lourenço foi no meu Gabinete de Ministra de Presidência e da Modernização Administrativa, no XXI Governo Constitucional: precioso. Acredito que seria suficientemente perceptível para os que por essa altura trabalharam lá com ele, mas sinto que seria pouco

para todos os restantes. Eu tinha a meu cargo tudo que era transformação dos serviços públicos pelo uso da tecnologia (como os portais, a plataforma de interoperabilidade, a chave móvel digital e as medidas transversais do Simplex de base tecnológica). Tinha ainda a tutela do Gabinete Nacional de Segurança, que incluía o Centro Nacional de Cibersegurança, e a representação internacional, ao nível governamental, destas áreas em diferentes fóruns. Isso obrigava o Rui não apenas a manter-se (e a manter-me) informada sobre todas estas áreas e projetos, mas também a interagir com os serviços da Administração Pública por eles responsáveis. Era uma tarefa que exigia diplomacia e ao mesmo tempo muita firmeza no controlo dos prazos e dos resultados. Acho mesmo que foi o que mais lhe custou a aprender no início das suas funções, mas no final a sua simpatia era tão respeitada que ser assertivo quase se tornava dispensável.

Entre tudo o que me ajudou a fazer, recordo hoje pela sua singularidade e importância o Programa InCode para as competências digitais, que desenhámos e organizámos com o Manuel Heitor, então Ministro da Ciência, da Tecnologia e do Ensino Superior. As competências iam do mais básico, para ajudar a combater a in-fexclusão, ao mais sofisticado, a investigação, passando pelos três eixos intermédios, a educação, a qualificação e a especialização. Foi também com o Rui que, no âmbito do InCode, montei um programa especial para prototipar projetos de inteligência artificial para o setor público, associando os nos-

sos investigadores aos principais serviços da Administração (que definiam o problema e disponibilizavam os dados). Recordo até hoje como os dois viemos entusiasmados da reunião de cinco horas que tivemos no Porto, no final de setembro de 2017, a primeira desta iniciativa, onde tinham surgido tantas ideias disruptivas.

O Rui era um colega de trabalho magnífico. Tão competente, quanto discreto, o que é mesmo precioso no contexto de um Gabinete ministerial. Nunca estive comigo pela importância do lugar, nem sequer pelo salário que recebia, aliás, em termos líquidos, inferior ao da sua Faculdade. Mas acho que lhe peguei o gosto enorme que é o de usarmos o nosso conhecimento científico para construir políticas públicas e iniciativas concretas que melhoram a vida das pessoas e das empresas, e dispensam os funcionários públicos de tarefas rotineiras.

Nos intervalos do trabalho, para aliviar o stress, gostávamos de falar de comidas e de restaurantes. Até combinámos que havíamos ir ao Belcanto jantar na mesa do chefe, com vista para a cozinha, que o José Avilez me tinha mostrado uma vez. Foi sugestão dele traçarmos esse objetivo com alguns colegas do Gabinete e dar-mo-nos a esse luxo, num dia daqueles em que atingimos um resultado que julgávamos “impossível”. Nunca chegámos a fazê-lo. Que pena já ser tarde para cumprir esse propósito. Há mesmo pessoas que nos fazem muita falta e que foi um privilégio ter tido um dia ao nosso lado. Obrigada Rui Lourenço. •



A transição da análise crítica das representações museológicas para a produção ativa de novas formas de documentação e análise ilustra um compromisso crescente com uma historiografia mais inclusiva e complexa.

MEMÓRIAS DA RESISTÊNCIA: DA ANÁLISE MUSEOLÓGICA À DOCUMENTAÇÃO DA LUTA ARMADA EM PORTUGAL ¹

Raquel da Silva

O ano de 2024 marca dois avanços significativos na minha investigação sobre as memórias da resistência à ditadura em Portugal: a publicação de um artigo na revista internacional *Critical Military Studies* sobre a representação museológica dessa resistência, e a aprovação do projeto MEMORALU – Memórias da resistência: A luta armada contra a ditadura em Portugal, financiado pela FCT no âmbito das comemorações do cinquentenário do 25 de Abril.

Estas duas iniciativas representam uma evolução natural da minha linha de investigação, que procura interrogar criticamente os processos de memorialização e os silenciamentos das narrativas sobre a resistência política em Portugal, com particular enfoque nas formas de oposição armada frequentemente marginalizadas no discurso público e académico.

No artigo “*Memorializing (violent) resistance to authoritarianism: challenges and tensions at Portugal’s Aljube Museum - resistance and freedom*”, desenvolvido em coautoria com Priya Dixit (Virginia Tech, EUA), analisamos como o Museu do Aljube, embora seja um importante espaço de representação da resistência antifascista, apresenta limitações significativas na forma como aborda a resistência armada ao regime. Através de uma análise autoetnográfica, identificamos três aspetos problemáticos na narrativa museológica: o silenciamento relativo aos movimentos anticoloniais nas colónias portuguesas; a ausência quase to-

tal das organizações armadas que combateram o regime – LUAR (Liga de União e Ação Revolucionária), ARA (Ação Revolucionária Armada) e BR (Brigadas Revolucionárias); e a construção de uma narrativa teleológica sobre repressão, resistência e sucesso que dificulta conexões com preocupações contemporâneas.

O projeto MEMORALU, por sua vez, procura precisamente preencher estas lacunas através da criação de um documentário centrado especificamente nessas organizações armadas. Desenvolvido por uma equipa interdisciplinar que combina abordagens da Psicologia Social e Política, História e Antropologia Visual, o projeto visa não apenas documentar, mas também compreender as motivações, desafios e legados destas formas de resistência na sociedade portuguesa contemporânea.

A transição da análise crítica das representações museológicas para a produção ativa de novas formas de documentação e análise ilustra um compromisso crescente com uma historiografia mais inclusiva e complexa. Ao dar voz a ex-militantes destas organizações, o projeto MEMORALU pretende contribuir para uma compreensão mais matizada dos antecedentes do 25 de Abril, recuperando narrativas que têm sido sistematicamente marginalizadas pelas políticas de memória pós-ditadura.

Este trabalho adquire particular relevância num momento em que, após décadas de silenciamento e revisão histórica que procurou branquear a me-

mória da ditadura e negar a génese revolucionária da democracia portuguesa, assistimos à emergência do que Manuel Loff (2014) chamou de “rebelião da memória”.² Os silenciamentos que identificamos no Museu do Aljube não são acidentais, mas refletem dinâmicas político-sociais mais amplas que têm limitado a inclusão da luta armada na memória coletiva portuguesa, frequentemente associada a eventos como a Revolução dos Cravos, que têm sido politicamente e socialmente desvalorizados nas narrativas políticas dominantes.

A recuperação destas memórias através do projeto MEMORALU não é apenas um exer-

cício historiográfico, mas também uma contribuição para o fortalecimento da cultura democrática contemporânea, propondo uma contra-memória que discute o papel dos atores armados não-estatais e mostra as múltiplas formas pelas quais o autoritarismo histórico foi resistido e combatido. •

¹ da Silva, R., & Dixit, P. (2024). Memorializing (violent) resistance to authoritarianism: Challenges and tensions at Portugal’s Aljube Museum - Resistance and Freedom. *Critical Military Studies*. <https://doi.org/10.1080/23337486.2024.2424059>

² Loff, M. (2014). Dictatorship and revolution: Socio-political reconstructions of collective memory in post-authoritarian Portugal. *Culture and History*, 3(2), 1–13. <http://dx.doi.org/10.3989/chdj.2014.017>



Fotografia da autora aquando da gravação do documentário “A Bem da Nação”.

O exercício que faço (...) consiste exatamente em sugerir uma compreensão positiva do que chamo economia política de construção da democracia. (...) E tudo isso gerou um notável ciclo de crescimento, essa questão que tanto atrai a sapiência económica: a partir de 1975 formou-se um ciclo muito igual ao seguinte, ao da (...) primeira fase da integração económica.

PORTUGAL: REGULAÇÃO, INSTITUIÇÕES E FORMAS DE ECONOMIA POLÍTICA (1974-2023) ¹

—
José Reis

Portugal nunca está suficientemente estudado. Muito menos o seu passado. Sabemos hoje o suficiente sobre a nossa revolução democrática, em matéria económica? Porventura não sabemos e não interessa muito adiantar as razões. Mas uma hipótese plausível é pensarmos que é por causa do que se quer dizer hoje que muitas vezes se forma o que dizemos do passado.

Parece-me que se tem dado mais atenção à economia da década de 1960 e à primeira fase da integração europeia (1986-1992) do que ao período 1974-1985. Se assim for, porquê? Àquela década, quando o grande “feito” foi entregarmos a outras economias 1,4 milhões de pessoas, persistindo a ausência da democracia em todos os planos e uma guerra colonial tão injusta quanto tardia, têm alguns (acríticos ou apoloéticos?) chamado “anos dourados” do nosso crescimento económico. A primeira fase da integração, por sua vez, aparece frequentemente como o momento em que finalmente a economia funciona. E, no entanto, não é assim. Regresso à minha questão inicial: o que é que se quer dizer hoje para que

se cave um silêncio sobre um período fundamental e se puxe o lustro a outros momentos? Como é típico na Economia, quer-se fazer passar umas ideias, em detrimento de outras.

O exercício que faço no capítulo “Portugal: regulação, instituições e formas de economia política (1974-2023)”, que publiquei no livro *Nos 50 Anos do 25 de Abril: Memórias e Reflexões Sobre as Mudanças da Sociedade Portuguesa*, consiste exatamente em sugerir uma compreensão positiva do que chamo economia política de construção da democracia.

O primeiro passo desse exercício assenta no tempo – em perceber que naquele momento sublime estávamos a reencontrar a “substância do tempo” para a habitar, livres (Sophia de Mello Breyner Andresen). Trinta anos depois de IIGM e dos “círculos virtuosos de crescimento” que então entravam em crise noutros lugares, Portugal persistia uma periferia sombria.

Este acerto com a história só podia ter eleito um objeto e um sujeito para a economia – o próprio país. E, por isso, aquela forma de economia política

consistiu na *estruturação de um país*. E assim aconteceu em tantos aspetos: desde os materiais aos legais, dos que se centram no sistema produtivo aos que consistem no acesso a bens e serviços coletivos. E tudo isso gerou um notável ciclo de crescimento, essa questão que tanto atrai a sapiência económica: a partir de 1975 formou-se um ciclo muito igual ao seguinte, ao da tal primeira fase da integração económica. O qual, por sua vez, foi o que foi porque, apesar de diferenças e novidades, continuou aquele caminho – estruturar o país. A desistência do país e a submissão à “restrição externa” seria assunto da fase seguinte.

Com a construção da democracia, as mudanças na política económica, na mobilização do investimento, no acesso ao crédito, no sistema produtivo e de emprego, na redistribuição do rendimento, na provisão pública, nas relações laborais, nos direitos económicos e sociais e na organização do território foram profundas e influenciaram-se reciprocamente. A população, o PIB e o emprego cresceram significativamente. Isso foi acompanhado pela generalização do acesso ao

bem-estar e por um Estado cujas finalidades são sabidas. Tem isto alguma importância? Eu diria que sim...

E é por isso que temos em mãos o projeto FCT “A Economia Política da Construção da Democracia: sistema produtivo e de emprego, provisão pública e instituições”, em que eu, os nossos colegas da FEUC João Rodrigues e Ernesto Carrillo, a nossa colega do ISCTE Ana Costa e um bolseiro que é estudante no nosso Doutoramento em Economia Política, Henrique Siqueira, prosseguimos o objetivo de aprofundar o tema. Com o objetivo de assim poderemos dizer melhor o que queremos dizer sobre hoje, claro está. ●

¹ Reis, José (2024), *A economia política do 25 de Abril: a “substância do tempo”, in José Cadima Ribeiro; Manuela Martins; Eloy Rodrigues (org.), Nos 50 Anos do 25 de Abril: Memórias e Reflexões Sobre as Mudanças da Sociedade Portuguesa*. Braga: UMinho Editora, 103-123. <https://doi.org/10.21814/uminho.ed.176>

O estudo biográfico de trabalhadores-ativistas permite avaliar criticamente as experiências da autogestão e do sindicalismo enquanto memórias de Abril.

UM OLHAR SOBRE AS MEMÓRIAS DE ABRIL: TRABALHO, CIDADANIA E ATIVISMO ¹

—
Andrés Spognardi
Hermes Augusto Costa
Ana Raquel Matos
Pierre Marie

A Revolução de Abril de 1974 marcou a transição para a democracia em Portugal. Nos meses que se lhe seguiram, diferentes setores da sociedade civil mobilizaram-se em iniciativas que promoveram uma participação popular inovadora. A reforma agrária, a criação de associações de bairro, a promoção da educação popular e a autogestão de fábricas organizadas sob um modelo cooperativo são alguns exemplos de experimentação democrática e de participação pública que a sociedade civil portuguesa vivenciou de forma mais intensa. Do mesmo modo, os partidos políticos e os sindicatos reconstruíram e fortaleceram as tradicionais estruturas de representação, anteriormente reprimidas e excluídas ao longo de quatro décadas de ditadura.

As experiências de mobilização e participação constituem um laboratório privilegiado para estudar, a longo prazo, os efeitos das representações e atitudes dos ativistas que moldaram intensamente este período. Analisar as consequências do ativismo permite-nos avaliar o impacto do envolvimento em causas cívicas e políticas em várias dimensões da vida pessoal, desde o desenvolvimento de novas competências e a transformação identitária até à criação de vínculos e redes de apoio, bem como à predisposição para a participação política.

Centrado em trabalhadores-ativistas, este trabalho valoriza a relação entre a autogestão e sindicalismo num desenho comparativo, tomando como referência ativistas com perfis sociodemográficos semelhantes, que se mobilizaram por causas comparáveis, embora com resultados distintos. Ainda que no contexto da transição democrática as causas dos trabalhadores ativistas convergissem para o mesmo objetivo final – a melhoria das condições de vida da classe trabalhadora –, os instrumentos e objetivos que perseguiram eram marcadamente distintos, como se verificou na relação entre a autogestão e o sindicalismo.

No âmbito dos processos de autogestão – movimento horizontal e informal de trabalhadores que assumiram o controlo das empresas onde trabalhavam –, a questão crucial residia na criação de um quadro normativo e de políticas públicas que permitisse tanto a legalização da posse das empresas pelos trabalhadores como o apoio técnico e financeiro para garantir uma administração eficiente. Assegurar esses apoios exigia a formação de uma base política e de uma estrutura representativa forte, capazes de estabelecer pontes com os principais partidos políticos emergentes e de articular interesses com os trabalhadores envolvidos na construção do

movimento sindical. Porém, a diversidade de interesses dentro do movimento e a instabilidade económica dificultaram a criação de uma estrutura representativa unificada. Paralelamente, a definição de um modelo de democracia liberal, fundamentado na livre iniciativa e na proteção da propriedade privada, tornou-se prioritária para as forças dominantes na arena política, isolando as iniciativas autogestionárias.

O movimento sindical, por seu lado, estava já absorvido nas próprias negociações coletivas e na consolidação da sua representação institucional. Embora os trabalhadores ativistas do sindicalismo não fossem totalmente indiferentes à luta dos seus pares na autogestão, as prioridades de organização e defesa imediata dos direitos trabalhistas, aliadas a disputas internas sobre a direção estratégica dos sindicatos, limitaram o seu apoio ao movimento autogestionário. Dir-se-á que a “vida curta” das experiências de autogestão contrastou com a “vida longa” do sindicalismo.

No âmbito da agenda de investigação definida por este artigo, a realização de um estudo biográfico sobre os trabalhadores-ativistas que defenderam as causas da autogestão laboral e da representação sindical durante a transição para a democracia em Portugal permitir-nos-ia compreender os motivos que os le-

varam a tornar-se ativistas e de que forma os resultados das causas pelas quais se mobilizaram impactaram o seu envolvimento político ao longo da vida. •

¹ Spognardi, Andrés; Matos, Ana Raquel; Costa, Hermes Augusto; Marie, Pierre (2024), “Trabalho, cidadania e ativismo como memórias de Abril: Da autogestão ao sindicalismo”, in João Freire, Luísa Veloso, João Loureiro e Renato Pistola (orgs.), Colóquio ‘Sindicalismo, Trabalho e Cidadania: 90 anos depois do 18 de Janeiro de 1934’ (e-book). Lisboa: ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa, 115-129.

Sustentabilidade das Finanças Públicas:
Fundamental para garantir o Estado Social

A SUSTENTABILIDADE DA POLÍTICA ORÇAMENTAL PORTUGUESA EM DEMOCRACIA ¹

Ricardo Ferraz
Joaquim Miranda Sarmento
António Portugal Duarte

Figura 1:
Saldo orçamental (% do PIB), 1974-2020

Fonte: Ferraz, R; Sarmento, J.M. e Duarte, A.P. (2024).

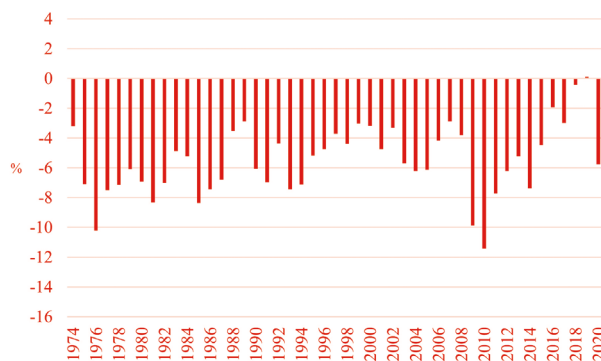
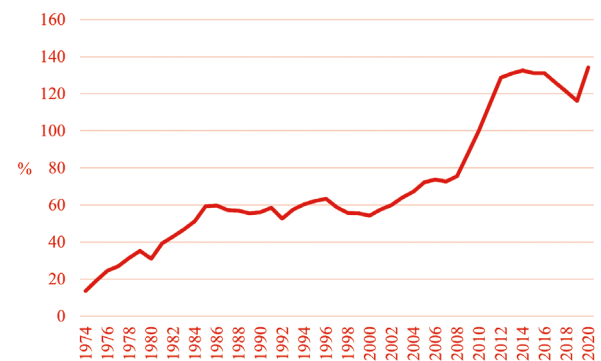


Figura 2:
Dívida pública (% do PIB), 1974-2020

Fonte: Ferraz, R; Sarmento, J.M. e Duarte, A.P. (2024).



Numa altura em que o mundo enfrenta enormes desafios, e as democracias vão sendo colocadas à prova, não é extemporâneo começar por lembrar uma das afirmações mais marcantes de Sir Winston Churchill: «(...) *Democracy is the worst form of Government except for all those other forms (...)*». Após a queda da longa ditadura do Estado Novo (1933-1974) e da curta instabilidade revolucionária que se lhe seguiu, a Democracia triunfou finalmente em Portugal.

No artigo que publicámos no *Journal of Quantitative Economics* testámos, precisamente, a sustentabilidade da política orçamental portuguesa neste período mais recente da nossa história. Vale a pena destacar que a entrada em Democracia comportou, desde logo, uma profunda alteração no rumo da política económica portuguesa. Com efeito, a política orçamental tor-

nou-se mais expansionista, e o país assistiu a um espantoso desenvolvimento do Estado-providência. As despesas sociais cresceram rapidamente tornando-se mesmo nas mais significativas, refletindo os inúmeros benefícios atribuídos à população.

Uma análise à evolução das finanças públicas portuguesas no período 1974-2020 permitiu desde logo concluir que as despesas acabaram por ultrapassar as receitas em praticamente todos os anos. Tal resultou em défices orçamentais e num aumento acentuado da dívida pública, como se pode observar nas figuras 1 e 2 respetivamente. Em alguns desses anos os défices foram extraordinariamente elevados. Foi, aliás, essa a realidade logo no começo da Democracia. Refira-se que Portugal chegou a recorrer ao apoio do Fundo Monetário Internacional (FMI) no final da década de 70 e também no início da de 80. Mais

tarde, já em 2011, o país voltou a receber auxílio externo desta feita da designada *troika* (então constituída pela Comissão Europeia, FMI e Banco Central Europeu). Após o esforço de consolidação orçamental bem-sucedido, iniciado nesse ano de 2011 e que foi prolongado após o fim do Programa de Assistência Económica e Financeira (2011-2014), as contas públicas voltaram a derrapar devido aos efeitos da inesperada Pandemia de COVID-19.

Não obstante a nossa democracia ter experimentado tempos particularmente conturbados ao longo da sua (ainda) curta história, as evidências empíricas que encontramos permitem-nos afirmar que a política orçamental foi sustentável no horizonte 1974-2020. Contudo, importa também salientar que essa sustentabilidade foi fraca. Esta nossa conclusão fundamenta-se nos resultados de testes de es-

tacionaridade e de cointegração que revelaram um rácio da dívida pública/PIB estacionário em primeiras diferenças, bem como a existência de uma relação de equilíbrio de longo-prazo entre as receitas e as despesas públicas em percentagem do PIB embora com reduzidos coeficientes de cointegração.

Estes resultados parecem reforçar a necessidade de os decisores políticos portugueses continuarem a adotar políticas orçamentais responsáveis, por forma a acentuar a recente trajetória de sustentabilidade das finanças públicas e da dívida pública; algo que é fundamental para garantir o Estado Social e, em última instância, a própria democracia. •

¹ Ferraz, R; Sarmento, J.M. e Duarte, A.P. (2024). "The sustainability of Portuguese Fiscal Policy in Democracy, 1974-2020". *Journal of Quantitative Economics*, Springer, 22 (3), pp. 749-772. <https://doi.org/10.1007/s40953-024-00402-0>



“Research in Economics at the University of Coimbra has gained increasing prestige and international recognition, largely due to the role of CeBER. Today, we can confidently say that the School of Economics at the University of Coimbra is among the leading institutions in Portugal for economic research.”

FEUC SCIENCE PRIZE 2024

—
An interview
with Tiago Neves Sequeira

The FEUC Science Prize was awarded in 2024 to Professor Tiago Sequeira. The jury unanimously decided to recognize and distinguish the remarkable value of his scientific contribution, especially considering its quality and diversity, with publications in leading international journals such as *Journal of Money Credit and Banking*, *Economics Letters* and *Journal of Evolutionary Economics*. Also, the jury acknowledged the impact of its work on national and international scientific debates and on the definition of public policies, on topics such as inflation, growth, inequality and economic specialization, wage polarization and deglobalization. We talked with Tiago Sequeira about his research.

In some of the papers published in 2023 you attempt to explain wage inequalities resulting from factors like inflation, international trade, technological knowledge and unionization decrease. Would you like to briefly explain to us what your main conclusions are?

Our findings indicate that inflation reduces specialization in high-skilled sectors in both developed and less developed countries. Additionally, when inflation is more stable in developed countries, it exacerbates relative inequality in less developed ones. This study represents the first Endogenous Growth Model to examine the international effects of inflation on specialization, inequality, and growth. While qualitative effects can be inferred from plausible assumptions about cash-in-advance constraints, the quantitative impact of inflation remains relatively small.

Wage polarization has emerged as a key trend, driven by automation technologies that replace middle-skilled workers. We compare this phenomenon to offshoring—the relocation of production to other regions—which also

contributes to wage polarization. The extent to which polarization intensifies depends on whether the primary shock affects labour supply or productivity.

Another study explores wage polarization in the presence of lobbying. Our findings reveal that lobbying can influence income distribution, reducing polarization without necessarily affecting overall wage inequality.

Furthermore, we conduct an in-depth empirical analysis showing that trade union participation helps reduce inequality. However, this effect weakens with increased globalization. To support these empirical results, we develop a model that explains this dynamic, differentiating between globalization that favours lower-skilled labour and globalization that benefits higher-skilled workers.

International trade and automation seem to be playing a decisive role in increasing wage inequalities. If the automation process is still ongoing, there are signs that global free trade is under threat. What do you think could be the consequences of these tendencies to economic growth and wage inequalities?

In the current and foreseeable future of reduced globalization, it is crucial to assess the relevance of these models in understanding the effects of deglobalization on wage inequality and polarization. The ongoing push for “re-industrialization” in European countries and the U.S. reflects concerns not only about geopolitical strategy but also about the displacement of low- and medium-skilled workers.

Both trends pose significant challenges. If automation continues to replace workers rather than generate new jobs or tasks, wage inequality is likely to worsen. Meanwhile, the push toward re-industrialization in the U.S. and Europe—although potentially beneficial for medium-skilled employment—could have unintended consequences. While it may help mitigate inequality in certain sectors, the broader impact of weaker global economic growth could lead to overall economic stagnation or even declining living standards.

The jury highlighted the contribution of your research to the definition of public policies. What are the main takeaways from your research for Portuguese policy makers?

Since my PhD, I have studied the effects of talent and innovation on economic growth and inequality from various perspectives. This research has led me to collaborate with teams of high talented economists as well as work independently, advising public policy institutions such as the Portuguese Tax Authority, the Portuguese Capital Market Regulator, and private foundations. My focus has primarily been on assessing the impact of public policies on productivity, economic growth and inequality at both regional and national levels.

For instance, in collaboration with the Portuguese Capital Market Regulator, we analyzed how capital market efficiency influences economic growth in Portugal. Additionally, I have been called upon to advise the government and two Presidents of the Portuguese Republic on the economic impact of major crises—such as the sovereign debt crisis and the COVID-19 pandemic—and on the policies needed to overcome economic stagnation.

In policy advising, I have consistently focused on policies aimed at attracting and retaining talent and integrating it with technological advancements. For example, in a widely recognized study funded by the Francisco Manuel dos Santos Foundation, we proposed a new economic paradigm for Portugal that leverages local talent alongside domestically developed technologies.

More recently, as a member of the National Council for Science, Technology, and Innovation, I have contributed to discussions on the role of the national scientific and higher education system in driving Portugal's economic development.

Research work is increasingly done in international teams. How would you characterize the international insertion of research in Economics at the University of Coimbra and what can be done to improve it?

Research in Economics at the University of Coimbra has gained increasing prestige and international recognition, largely due to the role of CeBER. Today, we can confidently say that the School of Economics at the University of Coimbra is among the leading institutions in Portugal for economic research.

CeBER and FEUC already provide strong support for research. Notably, CeBER's emphasis on quality over quantity, its focus on high-level international research, and its recognition of outstanding work—exemplified by this award and individual research funding—are key factors in this success.

As economists understand well, enhancing the production of high-quality knowledge requires optimizing incentives. This means improving conditions for researchers and attracting top talent to both the School and the Research Unit.

Key incentives include reducing bureaucracy—such as minimizing unnecessary, unproductive or time-consuming meetings—and ensuring a more effective balance between research, teaching, and administrative responsibilities. While some paperwork is essential, streamlining processes would allow researchers to focus more on their core work.

Attracting top talent requires securing funding, which can be achieved through competitive grants and patronage. These funds should then be directed towards scholarships and contracts at various levels—from PhD students to postdoctoral fellows and tenured researchers—who will contribute to advancing high-quality research.

On a more personal note, how important is this FEUC Science Prize to you?

I believe that being recognized at home is truly rewarding! Since joining FEUC in 2019, I have been deeply committed to contributing to the School, doing my best to enhance its already strong reputation and quality. Receiving this award, which is decided by my peers within the School, reassures me that I am on the right path and motivates me to continue my efforts. •

Afonso, O., & Sequeira, T. (2023). The effect of inflation on wage inequality: A north-south monetary model of endogenous growth with international trade. *Journal of Money, Credit and Banking*, 55(1), 215-249. <https://doi.org/10.1111/jmcb.12914>

Boikos, S., Bucci, A., & Sequeira, T. N. (2023). May human capital rescue the Empty Planet? *Economics Letters*, 232, 111352. <https://doi.org/10.1016/j.econlet.2023.111352>

Bucci, A., Calcagno, R., Marsiglio, S., & Neves Sequeira, T. M. G. (2023). Financial literacy, human capital and long-run economic growth. *Center for Research on Pensions and Welfare Policies (CeRP) Working Papers*, 212.

Afonso, O., Sequeira, T., & Almeida, D. (2023). Technological knowledge and wages: from skill premium to wage polarization. *Journal of Economics*, 140(2), 93-119. <https://doi.org/10.1007/s00712-023-00833-y>

Afonso, Ó., Sequeira, T. N., Santos, M., & Neves, P. C. (2023). Global Firms, (de) unionization and Wage Inequality. *Open Economies Review*, 34(5), 979-1013. <https://doi.org/10.1007/s11079-023-09716-7>

Santos, M., Garrido, S., & Sequeira, T. (2023). Management and Human Capital Employment: an overlooked Relationship. *Notas Económicas*, (57), 57-70. https://doi.org/10.14195/2183-203X_57_2

Almeida, D., & Sequeira, T. (2023). Fertility choices, Demographics and Automation. *CeBER working Paper*, 1-26.

Despite evidence showing that most individuals prefer to die at home, institutional deaths remain the majority.

SOCIOECONOMIC INEQUALITIES AT THE PLACE OF DEATH: EVIDENCE FOR EUROPE BASED ON SHARE DATA ¹

—
Óscar Lourenço
Sílvia Portugal

The place of death is considered an indicator of the quality of the end of life. Its consequences for the organization of the care received in the last stage of life should be considered. Many factors can influence the place of death of individuals, including socioeconomic factors.

Our research aims to explore the inequalities related to the place of death for the European population aged over 50 years. The data for this analysis were collected from the Survey of Health, Ageing and Retirement in Europe. Place of death (home vs. other) was chosen as the outcome variable and the following variables were selected to measure individuals' socioeconomic status: equivalent individual income; level of education; and inheritance at the time of death. A logistic statistical model was adopted and the odds-ratio for death at home vs. other were described and interpreted.

Data show that 34.3% of deaths in Europe occurred at home, and the remaining 65.7% occurred in an institution, usually a hospital. Bulgaria (73.5%) and Romania (68.9%) showed the most deaths at home. On the other hand, the countries least likely to have deaths at home are Cyprus (10.9%) and Finland (15.4%).

Our findings reveal that individuals with lower incomes are more likely to die at home compared to those with higher

incomes. Educational level did not emerge as a determinant of the place of death. Additionally, living in rural areas, being married, and receiving home care were associated with higher chances of dying at home.

The study highlights that in many European countries, access to institutional end-of-life care can be costly, potentially creating financial barriers for lower-income individuals. This could explain why wealthier individuals have higher chances of dying in institutions. These findings contrast with much of the existing literature, which often suggests that higher socioeconomic status is linked to an increased likelihood of dying at home. The discrepancy may be due to differences in data sources, measurement of socioeconomic status, and national healthcare policies.

Another important conclusion is that death at home remains a predominantly rural phenomenon in Europe. In rural areas, strong informal support networks, including family and friends, facilitate the possibility of dying at home. Additionally, rural areas often have less access to hospitals and palliative care institutions, which could further explain the higher rates of home deaths. These data reveal new forms of inequality, particularly between rural and urban areas.

The study also raises questions about end-of-life preferences and how medi-

calized death systems in developed countries influence these choices. Despite evidence showing that most individuals prefer to die at home, institutional deaths remain the majority. The medicalization of life and death, financial incentives for aggressive treatments, and the delegation of end-of-life care to professionals may limit individuals' ability to exercise their preference for dying at home.

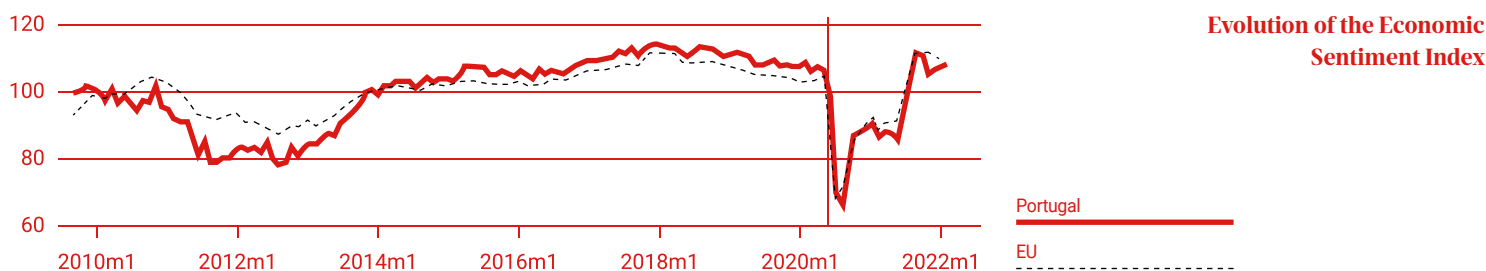
Future developments of this study involve a better understanding of the local phenomenon of death by analyzing more homogeneous populations, for example, by country and cause of death. On the other hand, the use of data analysis methodologies that allow for the simultaneous modeling of the various places of death—for example, with the specification, estimation, and analysis of multinomial regression models—could represent a quantitative leap and generate additional knowledge of the relationship between place of death and the socioeconomic status of individuals. Another possible extension of this work involves incorporating other variables of socioeconomic status, in addition to traditional income and education, such as the type of professional occupation the individual had. •

¹ Lourenço, Óscar; Portugal, Sílvia; Almeida, Rita (2024), "Socioeconomic inequalities at the place of death: evidence for Europe based on SHARE data", *Saúde e Sociedade*, 33, 3. <https://doi.org/10.1590/S0104-12902024220565en>

As the world shut down due to the COVID-19 pandemic, economic optimism collapsed. However, in the EU, government policies during the crisis influenced economic perceptions much more than the health consequences of the virus itself.

HOW WAS PEOPLE'S VIEW OF THE ECONOMY SHAPED DURING THE COVID-19 CRISIS? ¹

Vitor Castro
Rodrigo Martins



This study looks at what shaped people's perceptions of the economy during the COVID-19 pandemic by analyzing the Economic Sentiment Indicator (ESI), a widely used and highly reliable monthly measure produced by the European Commission. The ESI combines data from business and consumer surveys across five sectors: consumers (20%), industry (40%), construction (5%), services (30%), and retail (5%). Our analysis covers 28 EU countries, using data from early 2010 to October 2021.

Economists have studied many external shocks, but the impact of a global pandemic on highly interconnected economies is unprecedented, creating great uncertainty about how the economy would behave during and after the crisis. The shock to economic sentiment was extreme, with a sharp drop in optimism about the economy, and our statistical analysis placed this abrupt decline in January 2020, the vertical red line in the figure above. This figure shows the evolution of the ESI in Portugal and across the European Union (average). At first, the pandemic caused widespread disruption—little was known about how the virus spread or how severe it could become. Governments had to intervene, introducing restrictions on movement and social contact, which further disturbed normal economic and social activities. Combined with intense media coverage,

these factors likely triggered the initial drastic decline in economic sentiment. After this period, sentiment fluctuated, with moments of recovery and decline following the key historical phases of the crisis.

Our goal was to understand what drove these variations in economic perceptions before and, especially, during the pandemic. We used a base model for the ESI and its sub-components and applied statistical methods to estimate multiple models of interest. Our findings suggest that traditional economic factors—such as industrial production, unemployment, and inflation—played a much smaller role in shaping economic sentiment after COVID-19 reached Europe. Instead, sentiment was largely influenced by factors directly related to the pandemic.

We focused on three key areas of this dimension: government policies, the vaccination process, and the direct health impact of the virus. Our analysis showed two opposing forces: vaccines, upon arrival, boosted optimism about the economy, while deaths, reported cases, and government restrictions (such as lockdowns, movement limits and social distancing) had a negative effect. However, these factors influenced sentiment to different degrees. Government measures were the most significant factor in shaping

economic sentiment, followed by the vaccination rollout. Interestingly, despite widespread and sometimes exaggerated media coverage, the direct health impact of COVID-19—such as case numbers and deaths—played a relatively minor role. However, deaths had a stronger effect than reported cases: in the short term, an additional ten COVID-19 deaths per million people was estimated to cause an immediate drop of about 3.11 points in the ESI, compared to just 0.03 points for reported cases.

A closer look revealed that economic confidence in the industry and construction sectors was largely unaffected by the health impact of COVID-19. This raises the question of whether EU governments' restrictions were seen as proportionate by businesses, given the relatively small direct impact of COVID-19 health issues on overall economic sentiment.

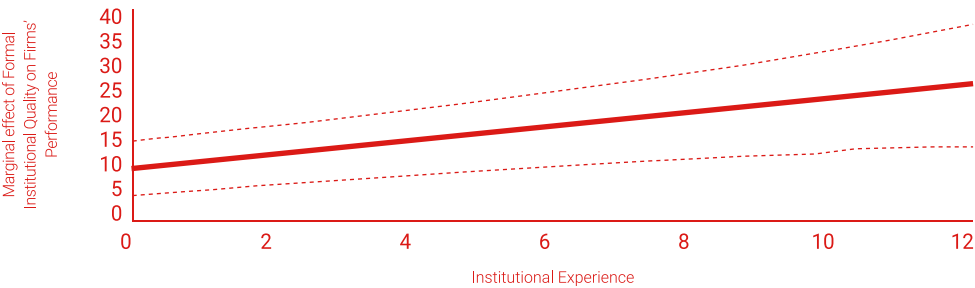
Ultimately, the pandemic was a unique and severe economic shock, affecting not only people's financial stability but also their health. Its effects continue to be felt and also studied by researchers across various fields, including economics. •

¹ Castro, V., Martins, R. (2024) Lockdowns, vaccines and the economy: How economic perceptions were shaped during the COVID-19 pandemic. *Scottish Journal of Political Economy*. 71(3), July, 439-456. <https://doi.org/10.1111/sjpe.12376>

By being exposed to a diversified set of institutional profiles, firms benefit from diverse knowledge and broader learning opportunities that can translate into institutional competitive advantages.

INSTITUTIONAL EXPERIENCE, FORMAL INSTITUTIONAL QUALITY, AND FIRM PERFORMANCE: AN ANALYSIS OF FIRMS FROM THE EUROPEAN UNION ¹

Alexandre Oliveira
Fernando Carvalho
Nuno Rosa Reis



Marginal effect of formal institutional quality on firms' performance based on firms' institutional experience

Firms' success depends on their ability to adapt to the quality of the institutional environment. If institutions are the rules of the game, how firms adapt to the rules of the game remains an important question. The general idea is that if firms adapt to the quality of institutions, following transaction costs theory prescriptions, firms will perform well over the long run. However, this answer does not fully and satisfactorily explain persistent performance differences between firms. Firms may develop resources and capabilities that improve their adaptation to formal institutional quality, which, in turn, may create persistent performance differences among firms. Specifically, by being exposed to a diversified set of institutional profiles, firms benefit from diverse knowledge and broader learning opportunities that can translate into institutional competitive advantages. The purpose of this study is to further understand how firms' institutional experience moderates the relationship between formal institutional quality and firms' performance. We argue that firms learn from being exposed to a diversified set of institutional profiles. More importantly, firms' institutional experience can evolve into a firm-specific resource, such as diversified knowledge, adaptative firm processes, and more arbitrage opportunities,

thus granting firms institutional competitive advantages capable of generating persistent performance advantages. Institutional economics considers institutions as constraints guiding economic actions and behaviors. Thus, formal institutional quality is reflected in the quality of the written rules of the game, and the effectiveness of enforcing mechanisms during economic transactions. Significant differences in the quality of formal institutions can notably affect how firms operate and organize for economic success. As formal institutions attain higher quality, we expect all firms to minimize transaction costs under more effective formal institutions, thereby increasing firms' performance. However, by developing firms' institutional experience, firms can efficiently adapt to formal institutional quality and create persistent performance differences. Institutional experience is the experiential learning derived from knowledge acquired by being exposed to host country's institutional profile. Learning from institutional diversity, meaning being exposed to a diversified set of institutional profiles, allow firms to adapt more efficiently to formal institutional quality. We expect firms with higher institutional experience to better adapt to formal institutional quality and increase firms' performance.

Our study offers novel insights on how firms adapt to the formal institutional quality to organize for economic success by using firm's institutional experience to generate and capture performance advantages. Firms need to learn from a diversified set of institutional profiles to obtain firms' institutional experience, thus developing institutional competitive advantages that generate economic advantages. We contribute to further understand why previous research yielded mixed results by arguing that firms differ in their ability to benefit from the formal institutional quality. Also, we contribute to the ongoing debate regarding the importance of developing firm's institutional experience. Our findings suggest that firms' institutional experience can evolve into a firm-specific resource, such as a diversified knowledge, adaptative firm processes, and more arbitrage opportunities, thus granting firms with institutional competitive advantages capable of generating persistent performance advantages. •

¹ Oliveira, A., Carvalho, F., & Reis, N. R. (2024). Institutional experience, formal institutional quality, and firm performance: An analysis of firms from the European Union. *BRQ Business Research Quarterly*, 28(2), 371-385. <https://doi.org/10.1177/23409444241301067>.

MEDIATIZED-EU contributed to better understand the trends, nuances and specificities of the mediatisation of political discourses on Europeanisation in Europe.

EXPLORING DISCOURSES ON THE EU: INSIGHTS FROM THE MEDIATIZED-EU PROJECT

Maria Raquel Freire
Sofia José Santos
Moara Crivelente
Luiza Bezerra

The MEDIATIZED-EU project, funded by the Horizon 2020 program, involved seven partners and was led by Dublin City University. It examined how media narratives about the European project are shaped and received across Europe. Recognising the triangle of “political actors, media and public opinion” as key dynamics to unearth dominant discourses, the study undertook media analysis, political and media elite interviews, and a public opinion survey. For the analysis, it mobilised Foucault’s concepts of appropriation (control over discourse), sayability (what is permissible to say), memory (elements that are preserved or discarded), and reactivation (what is reinterpreted or reintroduced in the discourse).

In the case of Portugal, the media analysis examined the coverage of EU-related issues across the three most-watched TV news programs (SIC, TVI, RTP1) and the three most-read daily newspapers (Correio da Manhã, Jornal de Notícias, and Público), selected based on 2021 audience and circulation data. The corpus included 2,181 items—ranging from news reports to opinion pieces—published or broadcast between September 2021 and March 2022. The main findings indicate that both media-dominant discourses and counter-discourses on the EU are shaped by a centre/periphery dichotomy, primarily focusing on pragmatic concerns about the EU’s influence on Portugal’s economy, democracy, and crisis management. Also, EU-related content was often embedded in daily news routines and framed in a normalised, positive light. The over-reliance on institutional sources and superficial treatment of complex issues frequently limited more profound public debate. While critical or counter-hegemonic voices were identified (mainly in opinion columns or interviews), mainstream media replicated official discourses, reinforcing, therefore, a particularly pragmatic pro-EU consensus.

Building on the media analysis, the study’s second phase involved elite interviews conducted in late 2022 and early 2023 with 25

political figures and 25 media professionals to assess their views on EU-related discourses using Q methodology. The Q analysis organised respondents into four distinct groups based on correlations between their views. The first and largest group, called the “Optimistic Europeanists,” expressed a highly positive view of EU integration and of Portugal’s Europeanisation that bridged underlying assumptions on identity and values with pragmatic understandings of the process. The second group, the “Pragmatic Europeanists,” held a more opportunity-focused perspective, i.e., emphasised economic development, technological modernisation, and support for democratisation as benefits while recognising Portugal’s socioeconomically peripheral position within the EU. The third group, labelled the “Transformists,” adopted a critical stance towards the EU’s structural and situational aspects, rejecting the conditionalities attached to EU programs, identified as neoliberal and reflective of exploitative capitalist dynamics. Lastly, the “Mediators” occupied a position between the centre-left governing elite and the left-wing opposition. While they align with the ruling elite in supporting the potential economic benefits of EU integration, they diverge from the left in their views on conditionality and security issues, adopting a centrist approach to European affairs. Despite focusing on media and political elites’ views, the findings of this stage offered more profound insight into specific and non-consensual perspectives on EU integration.

Finally, the population survey was conducted between 21 July and 23 August 2023 and included 1,013 respondents selected based on the 2021 census. The results indicated that the Portuguese public strongly supports the EU overall, especially concerning economic progress, crisis response (e.g., COVID-19, war in Ukraine), and the defence of democratic values. However, this support is nuanced by a critical awareness of perceived inequalities within the Union—67.9% agree that the EU lacks solidarity and unity, and

59.8% believe decisions favour stronger member states, for example.

Based on the three stages of the research, the project concluded that dominant discourses about the EU are predominantly positive. These discourses mainly highlight pragmatic aspects, such as economic development, security, and modernisation, which are depicted as benefits of EU integration and usually framed around Portugal’s past successful transitions, such as post-revolution democratisation and post-crisis recovery. Amidst dominant views, there are two key discursive assumptions: one privileging political centrism—positioning Portugal as moderate and opposed to extremism—and the other on the country’s aspiration for centrality within the EU, despite its peripheral realities. These dominant views are indeed promoted by centrist political forces and opinion-makers in the centre-left and centre-right. Nonetheless, tensions remain amidst these two leanings and a dual discourse persists: while the EU is primarily viewed as a force for progress, concerns about Portugal’s peripheral status and dependency regularly surface, mainly through metaphors such as “at the tail of Europe”. Therefore, they frame Portugal as either co-leading or needing to “catch up” through continued adaptation. None of the dominant or counter-discourses are anti-EU, however. Instead, criticisms are generally expressed as a desire for a more inclusive and socially just Union—a form of soft Euroscepticism that advocates reform or transformation, not exit.

Through an in-depth comparative analysis of the representations of the EU in public discourses across Europe, the MEDIATIZED-EU project contributed to better understand the trends, nuances and specificities of the mediatisation of political discourses on Europeanisation in Europe, as well as the agencies and contributions of the different actors to this dynamic that is constantly being (re)constructed. ●

The Atlantic is a case of difficult complementarity between the EU and NATO.

ATLANTIC SECURITY AND THE COMPLEMENTARITY BETWEEN THE EU AND NATO ¹

Licinia Simão

The chapter in question is the result of a very fruitful collaboration currently underway with the LPAZ Forum, an initiative of the Association for the Enhancement and Promotion of Santa Maria Airport in the Azores, developed in partnership with several institutions, including the Centre for International Studies (CEI-Iscte). The Faculty of Economics of the University of Coimbra joined this network at the beginning of 2025.

My contribution to this edited volume, which brings together a collection of papers presented at the 2023 edition of the Forum held in Santa Maria, is based on the presentation I delivered during the opening round table, under the theme “EU–NATO Relations: A New Atlantic Century?”

The chapter in this collection examines the relationship between the European Union and the Atlantic Alliance through the lens of complementarity—an objective frequently cited as fundamental to the security architecture of the Atlantic area. This strategic goal is analysed considering the distinct nature of both institutions and their respective policies toward the Atlantic space, while also considering the broader transformations underway in the international order. The central argument of the chapter is that the Atlantic exemplifies a case of *difficult complementarity* between the EU and NATO, particularly given the limited strategic reach of both actors in the South Atlantic.

Although the EU maintains a denser presence linked to trade and development cooperation policies, its engagement in Africa and Latin America is still characterised by its colonial heritage and alignment with broader Western hegemonic strategies. It is also noteworthy that in recent years, the EU has also

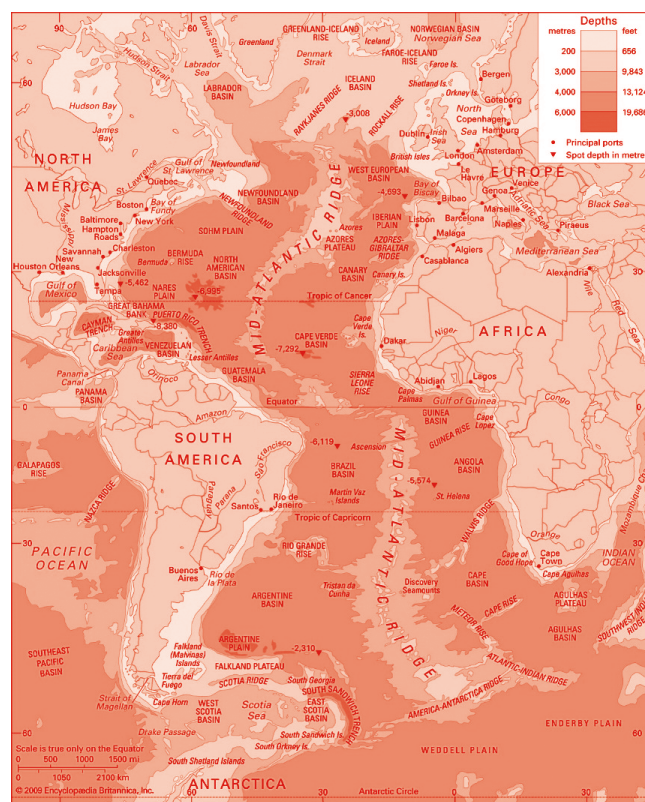
expanded its presence in the South Atlantic region in the domains of security and, increasingly, defence. This is evident in the reinforcement of Common Security and Defence Policy (CSDP) missions through the provision of military equipment under the European Peace

Verde and Mauritania), and the development of new instruments, including the so-called *Hub for the South*. The Alliance’s limited presence in the South Atlantic has historically been constrained by the anti-imperialist positioning of key regional actors, notably Brazil and South

Africa. More recently, the growing presence of China and Russia in the Indo-Atlantic space—manifested, for instance, through the BRICS grouping—has intensified the strategic interest of North Atlantic powers in the region and contributed to rising geopolitical rivalries.

The chapter concludes with a reflection on the positive and negative synergies emerging from the interplay between the EU and NATO in the Atlantic space, as well as the central role played by the United States in shaping current and future Atlantic security dynamics. While the analysis does not yet incorporate the significant changes expected under Donald Trump’s presidency beginning in January 2025, it does anticipate a deepening of U.S. challenges in asserting leadership, particularly in the South Atlantic—and increasingly in the North Atlantic—given its evolving stance toward key territories such as Greenland and Canada. These regions are essential for the articulation of coherent Arctic

and Atlantic strategies, especially in a context marked by intensifying geopolitical competition and accelerated climate change. •



Facility, notably in countries along the Gulf of Guinea and at the margins of the Sahel region. In the area of maritime security, the EU has sought to ensure the interests of its member states and partners by combating maritime piracy in this region.

NATO, for its part, has continued to represent one of the main dividing lines in the Atlantic since the Cold War, despite some evolution in its mid-Atlantic partnerships (Cape

¹ “Atlantic Security and EU–NATO relations: A test case to complementarity” in *The Azores, the Atlantic, and the Global Challenges. Geopolitics and Diaspora*. Ed. Dulce Maria Sott, Diniz Borges, Ana Mónica Fonseca e António Monteiro. 2024.

PRÊMIO FUNDAÇÃO ENG.º ANTÓNIO DE ALMEIDA 2024

—
An Interview with Ernesto Nieto-Carrillo

The Fundação Eng.º António de Almeida Prize distinguishes every year the best PhD thesis concerning all the Doctoral Programmes of the Faculty of Economics of the University of Coimbra (FEUC). In 2024, Ernesto Nieto-Carrillo was the winner of this important reward due to the authorship of the doctoral thesis entitled “The (in)stability of Creative Destruction: Industrial Dynamics and Productivity Growth in Portugal over the Last Four Decades”, developed within the Doctoral Programme in Economics, a postgraduate study offered together with the School of Economics and Management at the University of Minho. This academic work was supervised by Carlos Carreira, and Paulino Teixeira, both Full Professors at FEUC and researchers at the Centre for Business and Economics Research (CeBER). Ernesto Nieto-Carrillo is currently an Assistant Professor at FEUC, and a researcher at CeBER. We interviewed him and he talked about his thesis and what came before and after that work.

Your academic career was initially marked by a Bachelor in Mechanical Engineering from the Universidad Politécnica Salesiana (Ecuador). How did the desire and interest in dedicating yourself to studying and researching in the field of economics arise?

After secondary school, I wasn't sure which career path to take, but I had a strong affinity for mathematics and wanted to study something applied to the exact sciences. This led me to mechanical engineering. At the same time, nevertheless, I had long been deeply concerned with social issues, feeling that the world is fundamentally unfair, with people's postcodes at birth largely shaping their futures. This awareness drove me to question the persistent nature of injustice, even before I had the academic tools to analyse it formally.

At university, this concern led me to engage in student leadership and active participation in debates on the new Organic Law on Higher Education. That experience was pivotal, reinforcing my drive to understand the forces shaping social outcomes and leading me to economics—a field where I could apply mathematical rigour to social questions.

However, I did not complete my degree because, in 2011, I was invited to join the newly established Ministry of Higher Education, Science, Technology, and Innovation, tasked with implementing the very law I had helped shape. My six years there were as formative as a postgraduate degree, profoundly shaping my approach to public policy and research. Ultimately, this journey affirmed my path in economics, leading me to pursue a PhD to deepen my understanding and contribute to the field.

How do you describe the process and the principal conclusions of your PhD research?

When I began my PhD, empirical evidence had already challenged the theoretical foundations of perfect competition and exogenous technical change. In principle, this should have strengthened the case for government intervention to correct market failures. However, an alternative approach—long overlooked—was gaining traction: Schumpeterian theory. Schumpeter offered a more nuanced understanding of competition, placing innovation and technological revolutions at the heart of capitalist development. From this perspective, markets, though statically imperfect, could still be dynamically efficient.

Innovation, due to radical uncertainty, knowledge non-rivalry, and significant sunk costs, inherently requires some degree of market power—on this, there is little debate.

Yet the data of the last two decades revealed a paradox: rising market power has coincided with productivity slowdown and increasing inequality. This apparent contradiction led to my core thesis's hypothesis: productive stagnation and rising inequality are driven by non-Schumpeterian market selection, which intensifies during the declining phase of a technological revolution. In this stage, 'non-Schumpeterian rents'—extractive rather than creative—emerge, discouraging productive investment and exacerbating inequality.

To test this hypothesis, I applied a range of statistical and econometric methods, including structural trend analysis, as well as probabilistic, survival, panel data, and treatment effect models. While time constraints prevented a direct assessment of the impact of 'non-Schumpeterian rents' on inequality, the thesis yielded several key findings: i) the rise and decline of industrial dynamics follow the exploitation and eventual exhaustion of a technological paradigm, forming 'long waves'; ii) dominant firms exhibit weaker incentives to innovate as competitive conditions deteriorate; iii) Schumpeterian (productivity-driven) competition weakens as industrial concentration increases; and, iv) non-Schumpeterian selection at the exit margin harms productivity growth due to inefficient resource allocation and negative externalities on healthy firms.



These findings provided support for my central presumption while also informing policy recommendations to foster technical change and strengthen competition. Moreover, they opened new avenues for research into the interplay between long waves of innovation, industrial dynamics, and wage determination.

How are your academic career in Portugal and the positions you previously held in Ecuador, linked to the Secretariat of Higher Education, Science, Technology, and Innovation, important for the research you are currently engaged in?

My government experience and current role as a professor and researcher have deepened my understanding that technical progress is an endogenous and collective process driven by effective coordination between government, firms, and workers. This dual trajectory has also reinforced a long-held conviction: public policy and economic theory must be evidence-based. I believe ideology has caused significant harm to economics. Reality, in all its complexity, must prevail over theoretical propositions. Within this framework, the notion of injustice—applied in my research to market share distribution—has ultimately emerged as a stylised fact in a rather positivist sense.

My doctoral thesis, now recognised with the Fundação Eng.^o António de Almeida Prize 2024, would not have been possible without the support of my supervisors, Carlos

Carreira and Paulino Teixeira. Their guidance was invaluable, encouraging intellectual development, a relentless pursuit of knowledge, and, above all, a commitment to intellectual honesty. We shared the conviction of being ‘militants of truth,’ promoting a plural and respectful dialogue between different theoretical perspectives. I believe this is one of my key thesis contributions: integrating neoclassical, evolutionary, post-Keynesian and Marxist approaches to build a more comprehensive understanding of industrial dynamics and technical change.

However, I want to make one point absolutely clear: while science must always strive for objectivity, it is never neutral. As a result, confronting rival hypotheses and interdisciplinary dialogue are essential to minimise biases and get us closer to the truth. This is, or at least should be, a defining strength of our FEUC. My lack of neutrality is reflected in my research agenda, which will continue to explore long waves and the structural factors that underpin persistent inequality.

My experience in both government and academia has also taught me a fundamental lesson: science cannot remain confined within university walls. Its purpose is not just to understand the world but to contribute to its transformation—especially when the evidence exposes deep-seated injustices. •

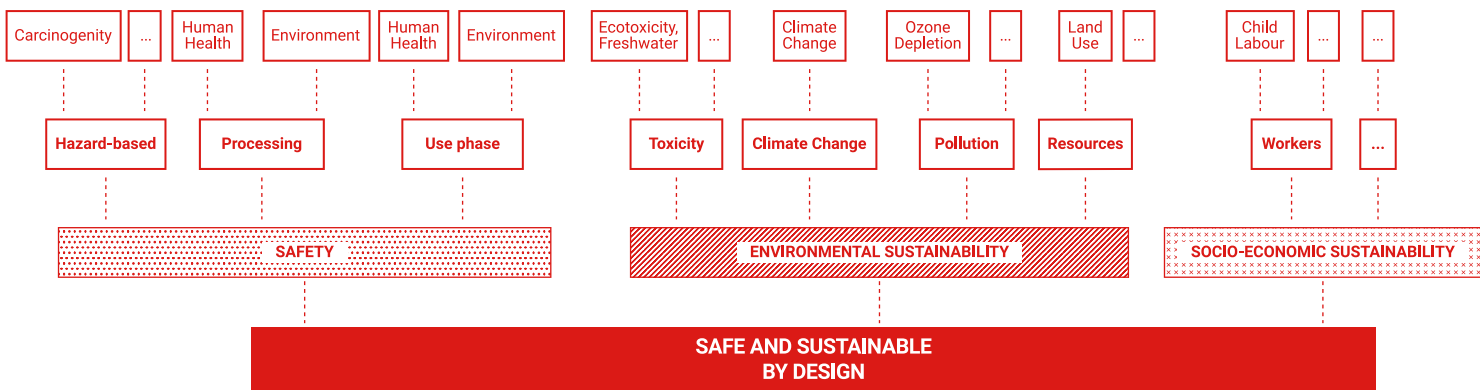
Considering the quality of the respective research, the Jury of Fundação Eng.^o António de Almeida Prize 2024 also decided to grant honourable mentions to the following two theses:

- “Defining ‘Refugees’ and Their Protection: From the construction of the category to its implications to the asylum policy(ies) of the European Union”, by Ana Filipa Carvalho Neves, and supervised by Daniela Nascimento (Doctoral Programme in International Relations – International Politics and Conflict Resolution);
- “Culture and the Experience of the City: A study on urban culturalization in an interior city”, by Rita Isabel dos Santos Henriques, and supervised by Claudino Ferreira (Doctoral Programme in Sociology).

A estratégia que está na origem deste texto pretende incentivar a indústria e outras partes envolvidas a realizar processos de inovação que substituam substâncias que causam preocupação, promovendo ainda a minimização de impactes ambientais ao longo do ciclo de vida dos produtos. Falar-se-á, assim, do desenvolvimento de uma avaliação multicritério, porquanto este conceito abarca dimensões de segurança, impacte ambiental, e impacte socioeconómico.

AVALIAÇÃO MULTICRITÉRIO PARA PRODUTOS E MATERIAIS SSBD (SAFE AND SUSTAINABLE BY DESIGN) ¹

Luis Dias



O *Green Deal* da Comissão Europeia inclui como objetivos transitar para uma economia e uma sociedade mais sustentáveis, preservar a biodiversidade, e alcançar um futuro sem poluição e livre de substâncias tóxicas. Nesse âmbito, desenvolveu uma estratégia para produtos químicos e materiais visando que estes sejam “Seguros e Sustentáveis desde a Conceção” (SSbD – *Safe and Sustainable by Design*). Esta estratégia pretende incentivar a indústria e outras partes envolvidas a realizar processos de inovação que substituam substâncias que causam preocupação, promovendo ainda a minimização de impactes ambientais ao longo do ciclo de vida dos produtos.

A definição do que é considerado SSbD, no entanto, carece de uma definição clara, por forma a orientar todos os atores da cadeia de valor nas suas escolhas, particularmente no desenho ou redesenho de novos produtos e materiais. Torna-se, pois, essencial definir um quadro de avaliação que estipule qual o padrão para atribuir uma “etiqueta” SSbD. Trata-se, naturalmente, de uma avaliação multicritério, porquanto este conceito abarca dimensões de segurança, impacte ambiental, e impacte socioeconómico (v. figura).

O Joint Research Centre da Comissão Europeia em Ispra (IRC) apoiou a Comissão Europeia na formulação de um *framework* de avaliação, reunindo não apenas especialistas do IRC, mas também peritos externos em

diferentes dimensões (toxicologia, avaliação de ciclo de vida, etc.), bem como o autor, enquanto perito externo em métodos de avaliação multicritério. Desse trabalho resultou a Recomendação (UE) 2022/2510 da Comissão, de 8 de dezembro de 2022 (C(2022) 8854).

O autor, em conjunto com as coautoras do IRC Carla Caldeira e Serenella Sala, esteve particularmente envolvido na reflexão acerca de métodos para agregar a avaliação de produtos e materiais em múltiplas dimensões num resultado que pudesse sintetizar se os mesmos, considerando as suas propriedades e processos de produção, poderiam ser qualificados como SSbD. Tal reflexão adotou como ponto de partida uma revisão dos vários *frameworks* já adotados pela indústria, bem como uma reflexão prévia partilhada em reuniões com a indústria e outros *stakeholders*, de que já tinham resultado vários requisitos a satisfazer: a possibilidade de ser aplicado a produtos e materiais já existentes ou novos, a necessidade de lidar com falta de informação e incerteza, a desadequação de compensar maus desempenhos em termos de segurança, e a ideia de que o resultado não fosse necessariamente binário (Passa / Não Passa), podendo ser uma notação qualitativa (Muito Bom, Bom, etc.) ou uma pontuação numérica.

A reflexão e as recomendações resultantes foram publicadas numa conceituada revista, num artigo¹ que se debruça sobre as distinções entre avaliação absoluta e relativa,

as diferentes escalas para *inputs* e *outputs*, a consideração da qualidade dos dados e a forma de agregação em cada nível da hierarquia de critérios. Discutem-se as opções de agregar *ratings* (níveis qualitativos) para obter um *rating*, agregar avaliações quantitativas para obter um *rating*, e agregar avaliações quantitativas para obter uma avaliação quantitativa.

Considerando os requisitos previamente definidos para o *framework* de avaliação que tendiam para a utilização de *ratings* e para evitar a compensação cega de maus desempenhos, conjuntamente com o desiderato de que o *framework* fosse de fácil compreensão, os autores propõem a utilização de um método de agregação baseado em regras ou em relações de prevalência (do tipo ELECTRE TRI), acompanhado por um *dashboard* que apresente de forma transparente a informação essencial. Tal *framework* encoraja as partes envolvidas na inovação de produtos e materiais (por exemplo, num estudo piloto posterior, um isolante para a face interior de tampas de boiões alimentares) a atender a todas as vertentes incluídas no conceito de SSbD, com alguma flexibilidade para poder melhorar mais numas vertentes do que noutras, mas sempre garantindo a ausência de fragilidades importantes. •

¹ Dias, L.C., C. Caldeira, S. Sala, Multiple Criteria Decision Analysis to support the design of Safe and Sustainable chemicals and materials. *Science of the Total Environment*, 916, 169599, March 2024. <https://doi.org/10.1016/j.scitotenv.2023.169599>

A proteção e a conservação de mangais necessitam ser contextualizadas incluindo as pessoas e as suas atividades na análise dos ecossistemas.

PESSOAS, ARROZ E MANGAIS NAS PERIFERIAS DA GUINÉ-BISSAU

—
Paula Duarte Lopes
e a Equipa do MARGINS

O projeto de investigação MARGINS, financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia, dedicou-se ao estudo das ‘interfaces híbridas’ entre pessoas, arroz e mangais na Guiné-Bissau. A equipa binacional estudou ao longo de três anos a inter-relação entre arrozais e mangais como parte de uma unidade afetada pelo aquecimento global e pelos paradigmas do desenvolvimento, em desarticulação com o anteprojecto guineense da lei do mangal. A Estratégia Nacional de Desenvolvimento de Arroz, divulgada em 2023, reconhece explicitamente a importância do cultivo de arroz de mangal, promovendo a autossuficiência de arroz no país através do aumento da produção de arroz de mangal: mais 26% até 2025 e mais 24% até 2030¹. O trabalho desenvolvido pelo MARGINS revela, no entanto, que a importância do arroz de mangal não se esgota em termos alimentares. O arroz, na verdade, constitui um elemento central na identidade cultural guineense, reconhecida como ‘sociedade do arroz’². Esta realidade é raramente reconhecida nas análises de conservação e proteção dos mangais, as quais assentam, demasiadas vezes, em quadros simplistas de pessoas versus natureza. Isto não significa ignorar o impacto negativo que as atividades humanas têm tido, e têm, sobre a conservação ambiental. No entanto, a abordagem simplista de retirar as pessoas e as suas atividades de um determinado ecossistema para promover a sua conservação e proteção ignora a complexidade do próprio ecossistema do qual estas fazem parte.

A produção de arroz de bolanha salgada na Guiné-Bissau tem sofrido várias transformações ao longo do tempo, mas a sua centralidade na vida quotidiana – agricultura de subsistência e crenças tradicionais – mantém-se em vários contextos das regiões de Tombali, Oio e Cacheu, como tivemos oportunidade de verificar. Nestas regiões, assim como em Biombo e Quinara, o conhecimento e tecnologia da produção de arroz de mangal integram o património material e imaterial da Guiné-Bissau, em particular o radi (arado-de-mão), as

infraestruturas de gestão de água e o germoplasma de *Oriza sativa* e *Oriza glaberrima*³. A conservação e proteção do mangal sem uma contextualização local da sua implementação, como o anteprojecto guineense da lei do mangal revela, terá um impacto estrutural neste agroecossistema, uma vez que proíbe liminarmente a produção de arroz. Não existe informação disponível que sustente que este agroecossistema apresente menos biodiversidade do que o mangal isoladamente. Na verdade, desconhecem-se os efeitos da remoção total dos arrozais e das pessoas destes ambientes costeiros para a biodiversidade. E, no caso da Guiné-Bissau, vários estudos indicam que o coberto vegetal de mangal aumentou desde a independência⁴, mantendo-se este movimento no período mais recente, com um aumento de 4,9% do coberto de mangal, entre 2010 e 2020^{5,6}. O que sabemos, dos resultados da investigação desenvolvida, é que, acima de tudo, como em Tombali, a proibição da produção de arroz de mangal, se aprovada, terá um impacto socioeconómico estrutural na população local, condenando aldeias inteiras a perderem a sua única fonte de sustento e renda, como nas comunidades de Mato Farroba³.

A equipa do MARGINS é binacional, com todos os resultados em coautoria, com a exceção óbvia das quatro dissertações de mestrado elaboradas por guineenses com bolsas do projeto; os agricultores envolvidos contribuíram de forma direta para o projeto com a sua reflexão e participação em nome próprio na Conferência final do projeto; destacam-se dois livros publicados e distribuídos gratuitamente na Guiné-Bissau sobre as temáticas do projeto, um com um objetivo mais didático para ser utilizado nas escolas. Cabe ainda referir que a equipa elaborou recomendações políticas em reação ao anteprojecto da lei do mangal, tendo o consultor-redator do projeto solicitado uma reunião com a equipa para melhor perceber as nossas objeções. A versão revista do anteprojecto, até à data, e do que sabemos, ainda não foi submetida para apreciação legislativa. •



Arrozal de água salgada (MARGINS em Tombali 2023).

¹ CARD (2023). Second Working Week for revising NRDS (National Rice Development Strategy) in Guinea Bissau. Coalition for African Rice Development. Disponível em <https://riceforafrica.net/guinea-bissau-feb-2023/>, consultado em 6 de março de 2024.

² Bray, F., Coclanis, P. A., Fields-Black, E. L., & Schäfer, D. (Eds.). (2015). Rice. Cambridge University Press.

³ MARGINS (2024). Policy brief: Anteprojecto da Proposta de Lei do Mangal. Mangais e arrozais: Biodiversidade e segurança alimentar. Centro de Estudos Sociais, Univ. Coimbra (CES-UC), Centro de Ecologia, Evolução e Alterações Ambientais (cE3c), Universidade Amílcar Cabral (UAC), Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa (INEP).

⁴ Andrieu, J. (2018). Land cover changes on the West-African coastline from the Saloum Delta (Senegal) to Rio Geba (Guinea-Bissau) between 1979 and 2015. European Journal of Remote Sensing, 51(1), 314–325.

⁵ UICN (2020). When rice mangroves and dikes connect Guinea-Bissau. International Union for Conservation of Nature.

⁶ Vasconcelos, M. J., Cabral, A. I., Melo, J. B., Pearson, T. R., Pereira, H. D. A., Cassamá, V., & Yudelman, T. (2015). Can blue carbon contribute to clean development in West-Africa? The case of Guinea-Bissau. Mitigation and Adaptation Strategies for Global Change, 20, 1361-1383.

Dada a diminuição progressiva da natalidade, é uma questão de tempo para o número de candidatos ao ensino superior diminuir e obrigar a novas estratégias de recrutamento, noutros grupos de idade e, sobretudo, de cada vez mais estudantes internacionais.

A DEMOGRAFIA DO FUTURO. QUAL O PAPEL DA FEUC NA SUSTENTABILIDADE DEMOGRÁFICA?

—
Pedro Góis

A evolução demográfica nas últimas décadas, em Portugal, tem sido marcada por profundas transformações, influenciadas por fatores como o envelhecimento populacional, a baixa taxa de natalidade e os fluxos migratórios. Estes desafios têm implicado mudanças estruturais na sociedade portuguesa, com impacto direto no crescimento económico e, até, na sustentabilidade futura do Estado social. Os dados da PORDATA demonstram que a taxa de natalidade tem vindo a diminuir drasticamente ao longo das últimas décadas. Em 1960, Portugal registava uma taxa de natalidade de 24,1 nascimentos por mil habitantes, enquanto em 2022 este valor se reduziu para apenas 7,7 por mil habitantes. Paralelamente, o índice de envelhecimento tem aumentado de forma significativa, passando de 27 idosos por cada 100 jovens em 1960 para 184 idosos por cada 100 jovens em 2022. Esta inversão na pirâmide etária representa um desafio significativo para toda a sociedade e, também, para o Ensino Superior. Dada a diminuição progressiva da natalidade, é uma questão de tempo para o número de candidatos ao ensino superior diminuir e obrigar a novas estratégias de recrutamento, noutros grupos de idade e, sobretudo, de cada vez mais estudantes internacionais.

A vinda destes jovens contribui para o rejuvenescimento da população ativa, colmatando parcialmente o envelhecimento demográfico e contribuindo para a transição demográfica inevitável do recrutamento de estudantes para as instituições de ensino superior. Muitos destes estudantes optam por permanecer em Portugal após a conclusão dos estudos, integrando-se no mercado de traba-

lho e contribuindo para o desenvolvimento económico do país. Ainda que também aqui haja um trabalho a fazer, é sabido que o processo de integração social decorrente da presença plurianual para estudos é um fator crítico de sucesso sem paralelo com outras vias de integração social.

A FEUC tem vindo a afirmar-se como um polo de excelência na formação académica e na captação de estudantes internacionais, que podem desempenhar um papel importante na atenuação dos desafios demográficos do país. A reputação da Universidade de Coimbra, uma das mais antigas e prestigiadas da Europa, constitui um fator determinante na atração de estudantes estrangeiros. A FEUC tem apostado fortemente na internacionalização, participando ativamente em programas como o Erasmus+ e estabelecendo parcerias com universidades de vários continentes, especialmente na Europa, América Latina e África, mas é tempo de construirmos uma estratégia de atração mais em linha com os cenários demográficos do país e da região, isto é, uma estratégia de atração muito mais ativa. São várias as questões a que temos de responder. A oferta formativa da FEUC é diversificada e adaptada às necessidades de um mercado de trabalho globalizado? Os cursos são lecionados tanto em português como em inglês, permitindo a integração de estudantes internacionais de diferentes contextos linguísticos? Os programas pós-graduados especializados atraem estudantes e investigadores de elevada qualidade e de diversas partes do mundo?

A evolução demográfica de Portugal exige respostas estruturadas e inovadoras,

nas quais a FEUC e outras instituições académicas desempenharão um papel central. A internacionalização do ensino superior, a captação de talento e a implementação de políticas de integração mais eficazes são dimensões fundamentais para enfrentar estes desafios. Os diferentes projetos em que tenho estado envolvido são disso exemplo. O trabalho desenvolvido no âmbito do Plano Einstein Academy (com a CIM-Coimbra), do programa URBACT IV e da Urban Agenda Partnership (ICF-UE) para a inclusão de migrantes e refugiados reforça a necessidade de abordagens estratégicas e interinstitucionais para a atração e retenção de estudantes e trabalhadores estrangeiros. Paralelamente, a investigação e avaliação de políticas migratórias realizadas no âmbito do Observatório para as Migrações, em conjunto com a Fundação Francisco Manuel dos Santos ou com a Comissão The Lancet Regional Health Europe sublinham a importância de alinhar as políticas nacionais com as melhores práticas europeias, assegurando uma integração sustentável e inclusiva. Como sempre, o futuro coletivo é feito dos nossos pequenos passos. ●

O estudo demonstra que a confiança dos líderes nas suas equipas, aliada a um clima colaborativo e ao apoio organizacional à criatividade, potencia a criatividade radical no setor público, permitindo superar a burocracia e melhorar os serviços prestados.

A CONFIANÇA PODE MOVER MONTANHAS? PROMOÇÃO DA CRIATIVIDADE RADICAL EM ORGANIZAÇÕES PÚBLICAS.¹

—
Avilton Junior
Filipe Coelho
Isabel Dimas

Com a emergência dos paradigmas da Nova Gestão Pública e da Nova Governança Pública, a promoção da criatividade como forma de dar resposta às necessidades de um público cada vez mais exigente, tornou-se crucial. Contudo, a natureza burocrática, mecanicista e hierárquica das organizações públicas, associada à centralização e formalização dos processos, coloca desafios e constrangimentos aos processos criativos.

Neste artigo, publicado no prestigiado *Journal of Public Administration Research and Theory*, reconhecido como Editor's Choice pelo seu contributo para a área de investigação, procurámos estudar como superar as barreiras à geração de ideias criativas no setor público. Tendo como foco a criatividade radical, a qual implica a introdução de mudanças substanciais nas práticas e nos processos existentes, procurámos identificar fatores contextuais que potenciam este tipo de criatividade. De acordo com a teoria componencial da criatividade, a motivação intrínseca é o principal determinante da criatividade, sendo esta o resultado da satisfação de três necessidades psicológicas básicas: autonomia, competência e conexão social. Os constrangimentos burocráticos inerentes às organizações do setor público prejudicam a satisfação destas necessidades, conduzindo a uma menor motivação intrínseca e, consequentemente, a menores níveis de criatividade.

Dada a centralidade dos líderes e a influência que exercem no contexto grupal, a confiança dos líderes nas equipas pode criar as condições necessárias à satisfação das necessidades psicológicas básicas e, por essa

via, potenciar a motivação intrínseca e, consequentemente, a criatividade radical. Com efeito, a confiança dos líderes nas equipas manifesta-se em comportamentos como a atribuição aos trabalhadores de maior autonomia e controlo sobre o trabalho realizado e de tarefas mais desafiantes, bem como na criação de um ambiente de trabalho cooperativo e agradável. Desta forma, quando os líderes confiam nas suas equipas contribuem para a criação das condições necessárias para que os trabalhadores se sintam intrinsecamente motivados e, desta forma, se envolvam em processos criativos. Neste estudo, para além de avaliarmos a relação direta entre a confiança dos líderes nas equipas e a criatividade radical, também avaliamos a sua relação indireta através do suporte organizacional para a criatividade. Por fim consideramos ainda o papel moderador do clima colaborativo da equipa.

Para testar o modelo proposto foi conduzido um estudo quantitativo com uma amostra composta por 228 equipas do setor público, tendo sido os dados recolhidos em três momentos temporais e tendo por base duas fontes de informação: os líderes e os trabalhadores.

Tal como previsto, os resultados revelaram que a confiança dos líderes nas suas equipas potencia a criatividade radical. Ao promover a motivação intrínseca, a confiança do líder nas equipas cria condições que permitem ultrapassar a burocracia e a formalização, potenciando o surgimento de iniciativas criativas mais radicais por parte dos trabalhadores do setor público. A confiança dos líderes nas equipas contribui, ainda, para a perceção de que a organização valoriza e recompensa a

criatividade, o que potencia a motivação para contribuir com ideias criativas. Os resultados revelaram ainda que um clima de colaboração, onde os membros da equipa se apoiam mutuamente e partilham conhecimentos e recursos, é importante para reforçar o efeito da confiança do líder nos resultados criativos da equipa.

Em termos de implicações práticas, os resultados do estudo fornecem pistas para os gestores públicos que desejam promover a criatividade radical nas suas organizações. Ao investir na construção da confiança entre líderes e equipas, ao criar um ambiente que valoriza e apoia a criatividade e ao fomentar a colaboração, as organizações públicas podem aumentar a criatividade radical das suas equipas e, desta forma, melhorar o desempenho organizacional e a qualidade dos serviços prestados.

Em síntese, num contexto de crescentes desafios e exigências por serviços públicos de qualidade, a criatividade torna-se um imperativo. Este estudo revela que a confiança do líder na equipa é um ingrediente fundamental para desbloquear o potencial criativo radical das equipas do setor público. Ao criar um ambiente de confiança, suporte e colaboração, os líderes podem inspirar as suas equipas a “mover montanhas” e a encontrar soluções inovadoras para os problemas que surgem. •

¹ Junior, R. A., Coelho, F., Dimas, I. D. (2025). Will trust move mountains? Fostering radical ideas in public organizations. *Journal of Public Administration Research and Theory*, 35(1), 1-14. <https://doi.org/10.1093/jopart/muae019>

No âmbito do contrato de cooperação entre a Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra (CIM-RC) e a FEUC, foi realizado um estudo sobre o impacto financeiro da descentralização nas áreas da Educação, Saúde e Ação Social. Nos municípios da CIM-RC, a transferência de competências nos domínios da educação, saúde e ação social iniciou-se em janeiro de 2020 e terminou em abril de 2024. A celebração de acordos entre a Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP) e o Governo permitiu ajustar as discrepâncias entre os recursos transferidos e as necessidades reportadas pelos municípios.

A TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS NOS MUNICÍPIOS DA COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DA REGIÃO DE COIMBRA

—
Luís Moura Ramos
Catarina Proença
Daniel Taborda
Liliana Pimentel
Ricardo Joaquim
Susana Jorge

A Lei-quadro n.º 50/2018 transfere para as autarquias locais competências em diversos domínios, como a educação, a saúde e a ação social. Este reforço de competências concretiza o princípio da subsidiariedade, segundo o qual a atribuição de responsabilidades na prestação de serviços deve ser conferida ao nível da administração que as possa realizar de forma mais eficiente.

Na educação e na ação social foi legalmente estipulada uma data-limite para a transferência de competências, respetivamente abril de 2022 e abril de 2023, mas na saúde prevaleceu a data de aceitação pelo município, ocorrendo a sua formalização através de Auto de Transferência, a assinar com o Ministério da Saúde e a administração regional de saúde.

Nos dezanove municípios que integram a Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra (CIM-RC), o início do exercício destas novas competências decorreu entre janeiro de 2020 e março de 2024. Nos domínios da educação e da ação social a maioria dos municípios da CIM-RC apenas iniciou o exercício de competências na data-limite (treze e onze municípios, respetivamente na educação e na ação social). Na saúde, dez municípios iniciaram o exercício de competências já em 2024. Apesar de os municípios reconhecerem as vantagens decorrentes da proximidade – a possibilidade de maior perceção dos problemas locais e de respostas mais céleres –, dado que as transferências financeiras provêm do Orçamento do Estado, através do Fundo de Fi-

nanciamento da Descentralização (FFD), a antecipação de uma insuficiente dotação justificou a dilação na aceitação de competências.

A monitorização do processo permitiu identificar necessidades de ajustamento resultando, em julho de 2022, num acordo entre a Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP) e o Governo, relativo aos domínios da educação e da saúde. Aí se reconhece a responsabilidade do Governo na requalificação e construção de um conjunto de centros de saúde (52,5 milhões de euros para os municípios da CIM-RC) e escolas (27 escolas a intervencionar nos municípios da CIM-RC), e se estipulam critérios para a determinação dos valores a transferir para os municípios para a conservação e manutenção dos edifícios. O acordo fixa um novo valor máximo de 2,75 euros por refeição escolar, assumindo a atualização à taxa de inflação em anos subsequentes, princípio também aplicado às verbas a transferir para os serviços de apoio logístico. Foi também clarificada a inclusão no FFD das despesas com seguros de acidente de trabalho e de higiene, segurança e medicina no trabalho dos trabalhadores (assistentes técnicos e assistentes operacionais) que transitaram para os municípios. No entanto, e relativamente ao setor da saúde, a portaria que definiria o rácio de assistentes operacionais por município, prometida para o final de 2022, não tinha ainda sido publicada no final de 2024, criando esta indefinição fortes constrangimentos ao normal funcionamento dos centros de saúde.

Na ação social, o acordo, de janeiro de 2023, entre a ANMP e o Governo, implicou a correção da forma de cálculo da dotação do FFD, nomeadamente considerando o número de processos familiares em acompanhamento pela Segurança Social em cada concelho. Nos municípios da CIM-RC, a dotação aumentou 51% relativamente a 2022. O processo de transição implicou a contratação de profissionais e a definição de papéis entre estes e os técnicos da Segurança Social.

Porém, o ajustamento na dotação do FFD decorrente dos acordos deixa invisível uma questão relevante, os custos administrativos indiretos. O aumento significativo da escala no exercício de competências no domínio da educação (estabelecimentos escolares, alunos, pessoal não docente) e as novas competências na saúde (edifícios, assistentes operacionais) e na ação social (pessoal técnico) implicaram um expressivo acréscimo de trabalho nos municípios – aumento dos processos de contratação pública, gestão de mais edifícios e funcionários – exigindo inclusive novas contratações. Este ónus está ainda a ser assumido pelos municípios. •

Pretende-se construir uma teoria sociojurídica, enquanto instrumento epistemológico, no estudo da IA nos “campos de tensão” da sociedade algorítmica (...) constituindo os nossos campos analíticos “ontológico-ético-jurídico” e “democrático-Estado de Direito-direitos fundamentais”.

UMA TEORIA SOCIOJURÍDICA DA SOCIEDADE ALGORÍTMICA: OS CAMINHOS DE UMA INVESTIGAÇÃO EM CURSO

—
João Pedroso

A evolução da inteligência artificial (IA) tem acelerado as mutações da sociedade e desafiado a sociologia política do direito e da justiça para uma análise da ética e da responsabilidade, bem como das tensões que emergem das interações entre IA, a sociedade, a democracia, o direito e a justiça. A IA tem um efeito de aceleração das mutações da sociedade e da socialização e politização dos dados dos humanos, que a alimentam, num contexto de desigualdades estruturais. Daqui nasce a necessidade de uma agenda científica para repensar a mutação dos conceitos, que usamos, quando projetados na sociedade algorítmica. Foi com este objetivo que nasceu este projeto do João Pedroso (FEUC/CES), da Wanda Capeller (SciencePO Toulouse/CES) e da Andreia Santos (Socióloga).

Pretende-se construir uma teoria sociojurídica, enquanto instrumento epistemológico, no estudo da IA nos “campos de tensão” da sociedade algorítmica. As racionalidades instrumentais (interesses pragmáticos, quantitativos, e lógicas comerciais) cruzam-se com as racionalidades dos valores, da humanidade, da democracia e do Estado de Direito, constituindo os nossos campos analíticos “ontológico-ético-jurídico” e “democrático-Estado de Direito-direitos fundamentais”¹.

A IA ao introduzir lógicas algorítmicas, instrumentais e funcionais, diferentes das racionalidades éticas e jurídicas, veio estabelecer uma nova gramática jurídica e da justiça que modifica o *ethos* e o papel dos atores judiciais. A IA traz à administração da Justiça

vantagens inquestionáveis na gestão, eficiência e tempo da realização de tarefas repetitivas, bem como na análise de grande quantidade de dados. Porém, traz igualmente riscos inaceitáveis. Entre eles, destaca-se o uso da IA na decisão judicial e na investigação e julgamentos criminais, em que o enviesamento das bases de dados e a constituição de uma “justiça preditiva”² acusa e condena inocentes. A investigação, em curso, inclui os desafios da IA na transformação do trabalho, bem como da saúde, podendo-se concluir, desde já, pela coexistência de usos democráticos e não democráticos dos dados pessoais através da IA.

A desinformação e a manipulação de dados potenciada pela IA tem um impacto de erosão das democracias. O fenómeno das *fake news* questiona as capacidades do direito e da justiça para controlar as difamações políticas e o “condicionamento” dos resultados eleitorais³. A estes efeitos perversos da IA, acresce a desumanização e desestabilização das sociedades; o favorecimento e tendências totalitárias através da vigilância e controlo social; e a reconfiguração das desigualdades socioeconómicas e de distribuição de poder no mundo⁴.

O que nos conduz a um outro tema essencial - a necessidade da regulação da IA de forma a conter os seus riscos. No centro do debate, estão os diferentes paradigmas de regulação da IA. Nos EUA privilegia-se os interesses do mercado, o investimento, a inovação e a *soft law*. Na China opta-se pelo controle e a vigilância do Estado. E, na UE

consensualiza-se a regulação da IA através de níveis de riscos para democracia e para o Estado de Direito, com recurso a uma *hard-law*. Para o AI ACT, a regulação da IA, na UE, não são somente questões de “design tecnológico”, mas, principalmente, são questões de poder e de (des)ordem democrática e social.

Os caminhos da investigação, com artigos e um livro, a publicar, seguem, em permanente mutação, tal como os desafios colocados pela IA. •

¹ Pedroso, João; Capeller, Wanda; Santos, Andreia (2024) “IA e justiça: contributo para uma sociologia política do direito, justiça e inteligência artificial”. *SOCIOLOGIA ON LINE*, 36, 50-72. DOI: 10.30553/sociologiaonline.2024.36.4

² Pedroso, João; Santos, Andreia (2024), “Inteligência artificial e justiça criminal: Riscos e desafios”. *SOCIOLOGIA ON LINE*, 35, 134-155. DOI: 10.30553/sociologiaonline.2024.35.6

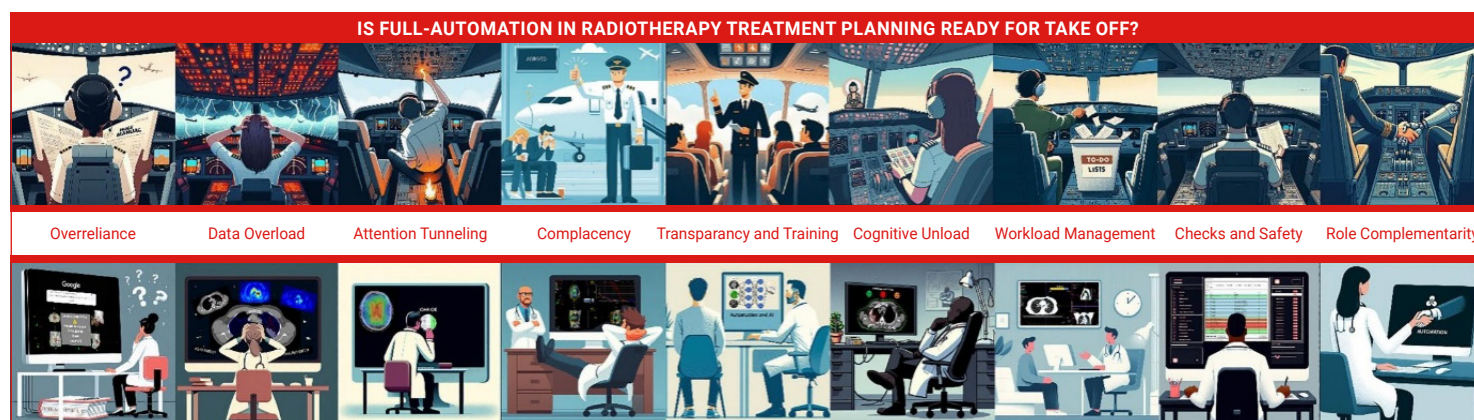
³ Capeller, Wanda; Pedroso, João; Santos, Andreia (2024), “Sociologia política do direito e sociedade digital: as fake news no Brasil”. In Lucas Fucci Amato (org.), *Sociologia do Direito Digital [recurso eletrônico]: inteligência jurídica na era da inteligência artificial*, São Paulo: USP, 277-317.

⁴ Pedroso, João; Capeller, Wanda; Santos, Andreia (2023), “Os efeitos perversos da inteligência artificial: A democracia, o estado de direito e a distribuição de desigualdades e poder no mundo”. *Confluências - Revista Interdisciplinar de Sociologia e Direito*, 25, 3, 230-253. <https://doi.org/10.22409/conflu.25i3.60052>

A Investigação Operacional é crucial para a crescente automação nos tratamentos de radioterapia, contribuindo para tratamentos mais precisos, individualizados e seguros.

A AUTOMAÇÃO INTEGRAL DO PLANEAMENTO DE TRATAMENTOS EM RADIOTERAPIA ESTÁ PRONTA PARA LEVANTAR VOO? ¹

Joana Matos Dias
Humberto Rocha



Fonte: D Callens et al., Is full-automation in radiotherapy treatment planning ready for take off?, Radiotherapy and Oncology, 110546

Pelo menos metade dos pacientes com cancro são submetidos a tratamentos de radioterapia. Nestes tratamentos, pretende-se a eliminação de células cancerígenas através de radiação, mas garantindo o mais possível a proteção dos tecidos saudáveis. Cada plano de tratamento é único, e é calculado recorrendo a modelos matemáticos e algoritmos de otimização, num casamento perfeito entre a física-médica, matemática, investigação operacional e ciência dos dados e computação. A investigação atual nesta área tenta conseguir obter planos de tratamento cada vez melhores e mais individualizados, recorrendo à crescente automação deste processo. As vantagens apresentadas pela automação vêm acompanhadas de riscos/desafios acrescidos que requerem particular atenção. Sendo a automação uma realidade presente em diversos setores, a indústria da aviação tem sido pioneira em muitos avanços que se prendem com a automação dos processos, maximizando a segurança. Neste contexto, surgiu a ideia de tirar partido das lições aprendidas na indústria da aviação, fazendo uma comparação com o que se passa em termos do tratamento com radioterapia e anteveendo o que pode ser o futuro próximo.

Quer o setor da aviação quer o setor da saúde enfrentam desafios semelhantes relacionados com a possível confiança excessiva na automação e a necessidade de manter a intervenção humana em alguns pontos críticos como garantia de segurança. Na aviação, os pilotos devem es-

tar preparados para assumir o controle manual sempre que necessário. No planeamento e administração de tratamentos de radioterapia, os profissionais devem validar cuidadosamente os planos de tratamento gerados pelos sistemas automatizados. A evolução tecnológica nestas áreas visa aumentar a precisão e a segurança, mas também requer uma adaptação constante dos profissionais e procedimentos rigorosos de controle de qualidade para garantir a operação segura dos sistemas automatizados.

Neste trabalho propõe-se uma taxonomia dos níveis de automatização em radioterapia, inspirada na aviação. Os riscos comuns identificados incluem a complacência, o excesso de confiança e a falta de transparência, exigindo estratégias de mitigação como a complementaridade de funções e listas de controlo de segurança. O artigo transpõe as lições da aviação fazendo o paralelo para o que deve acontecer com diferentes processos que já estão automatizados ou o virão a ser no curto-prazo: cálculo da dose de radiação e o contorno automático de todos os volumes de interesse (volumes a tratar e órgãos a poupar), por exemplo, identificando os pontos, no fluxo de trabalho, em que continua a existir a necessidade de supervisão humana, nomeadamente na presença de situações clínicas complexas. Identifica também a necessidade de aprendizagem proativa no caso de existência de incidentes em radioterapia

à semelhança do que é feito aquando da ocorrência de desastres aéreos. O artigo define níveis de automação, desde tarefas manuais a sistemas autónomos, e defende uma integração equilibrada da automação e da perícia humana, salientando o valor insubstituível da intervenção humana para garantir a segurança dos doentes e a otimização dos resultados dos tratamentos.

Em suma, o artigo sublinha que a competência humana continua a ser crucial, com os profissionais a desempenharem papéis vitais na supervisão dos sistemas automatizados e na garantia de cuidados personalizados em que se maximiza a segurança. À medida que a automação transforma a maneira como os planos de tratamento de radioterapia são calculados e administrados, é crucial manter as competências manuais através de formação em simulação, compreender os processos automatizados e gerir eficazmente a interação entre humanos e máquinas. Ao adotar sistemas rigorosos de comunicação e análise de erros, a radioterapia pode aumentar a segurança e garantir que a automação serve para melhorar, e não para comprometer, os cuidados prestados aos doentes. ●

¹ Dylan Callens, Ciaran Malone, Antony Carver, Christian Fian-dra, Mark J Gooding, Stine S Korreman, Joana Matos Dias, Richard A Popple, Humberto Rocha, Wouter Crijns, Carlos E Cardenas (2024). Is full-automation in radiotherapy treatment planning ready for take off? Radiotherapy and Oncology, 110546. <https://doi.org/10.1016/j.radonc.2024.110546>

“(…) este estudo fornece ideias sobre como avaliar o uso da IF em debates pode promover novas formas de diálogo com vários atores, fomentando a *accountability* e a democracia.”

UTILIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO FINANCEIRA PELOS POLÍTICOS NAS AUTARQUIAS LOCAIS ¹

Susana Jorge
Liliana Pimentel

Tabela 1 - Índice de UIF por entidade (fonte: *Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses* — capítulo 5.)

Município	População	Densidade populacional (Censos 2021)	Eficiência financeira (2020)*	Índice de UIF em Reuniões do (orçamento + contas) (média) + (Assembleia + Câmara) (média) 2019	Índice de UIF em Reuniões do (orçamento + contas) (média) + (Assembleia + Câmara) (média) 2019	Varição (2020–2019)
Nível Médio do Índice FIU (na população)				1,82	1,72	-0,10
Abrantes	34329	48,1	1497	0,49	0,55	0,06
Albergaria-a-Velha	24840	158	628	1,58	1,55	-0,04
Alcanena	12472	98,6	216	2	1,48	-0,52
Anadia	27532	128,2	696	1,48	1,86	0,38
Belmonte	6205	52,1	n.d.	0,52	0,81	0,29
Caldas da Rainha	50910	201,8	636	4,56	2,51	-2,06
Castanheira de Pera	2645	40,3	781	1,46	1,7	0,24
Celorico da Beira	6583	26,7	625	1,57	2,26	0,69
Condeixa-a-Nova	16732	121,9	279	0,72	0,4	-0,32
Gouveia	12222	40,8	96	2,27	2,92	0,65
Guarda	40117	56,5	427	2,79	3,34	0,56
Lourinhã	26240	181,3	531	1,82	1,49	-0,33
Mangualde	18303	83,9	214	2,13	1,19	-0,94
Nelas	13119	105,1	174	4,09	4,25	0,16
Oliveira de Frades	9506	66,1	361	0,81	1,1	0,3
Oliveira do Hospital	19413	83,1	373	2,32	1,99	-0,33
Ourém	44538	181,1	1306	2,44	1,69	-0,74
Peniche	26429	348,3	365	1,3	0,57	-0,72
Sardoal	3513	38,4	n.d.	1,26	1,58	0,32
Sever do Vouga	11063	85,1	695	1,98	2,53	0,55
Torres Novas	34111	127,2	433	2,26	2,57	0,31
Torres Vedras	83072	206,9	992	1,67	1,56	-0,11
Trancoso	8413	23,3	180	0,93	0,86	-0,06
Vila Velha de Ródão	3285	10,2	1047	1,13	0,52	-0,61

Este estudo explora a forma como os políticos se envolvem com a informação financeira (IF) nos processos de tomada de decisão e prestação de contas. Introduz o *Índice de Utilização da Informação Financeira (UIF)*, uma ferramenta concebida para avaliar a frequência (e intensidade) da utilização de IF pelos políticos com base nos seus discursos, nomeadamente os reportados em atas de reuniões publicamente disponíveis. Os autores começam por sublinhar que, apesar da importância da IF para a governação, é rara a investigação empírica que quantifique a sua real utilização. Esta medição é importante pois abre portas para pesquisas futuras, não apenas em estudos comparativos internacionais, mas na análise quantitativa de possíveis fatores determinantes e impulsionadores do nível de uso da IF.

O *Índice de UIF* desenvolvido é estruturado para medir o uso de IF considerando o número de vezes que termos relacionados com a IF aparecem nos debates entre políticos em diferentes órgãos municipais e tipos de reuniões. São considerados dois momentos-chave anuais para a tomada de decisões financeiras nos governos locais: a discussão e aprovação do orçamento e a discussão e aprovação das contas. O estudo ilustra a aplicação do *Índice de UIF* a partir de uma amostra de municípios portugueses, analisando

atas de reuniões dos órgãos executivo (Câmara Municipal) e deliberativo (Assembleia Municipal) autárquicos, entre 2018 e 2021.

Os resultados indicam uma heterogeneidade significativa no uso de IF entre os municípios, sendo observado maior envolvimento dos políticos com a IF nas reuniões de aprovação do orçamento do que nas em que se discutem as contas anuais. As Assembleias Municipais tendem a usar a IF mais extensivamente do que o Executivo Camarário, devido a incluírem maior diversidade partidária e ao seu papel deliberativo. O estudo assinala ainda um aumento da utilização de IF em 2020, coincidindo com a introdução de novas normas de contabilidade do setor público (SNC-AP) em Portugal. No entanto, o impacto de eventos externos, como a pandemia de COVID-19, também pode ter influenciado as tendências de uso de IF.

A Tabela 1 apresenta o *Índice de UIF* por município calculado no estudo, destacando variações no uso de IF em relação a fatores como a dimensão e densidade populacionais e a eficiência financeira. A análise sugere uma correlação potencial entre a dimensão populacional do município e o uso de IF, com municípios maiores geralmente a demonstrar valores mais altos do *Índice de UIF*.

De um modo geral, o *Índice de UIF* proposto proporciona uma abordagem estruturada

para avaliar a utilização de dados orçamentais e contabilísticos (financeiros) pelos políticos, constituindo um reforço para a melhoria da transparência financeira, da *accountability* e da tomada de decisões na governação local. O estudo sublinha a necessidade de os discursos políticos serem registados de forma mais padronizada e estarem publicamente disponíveis, a fim de garantir a qualidade e eficácia da medida proposta – o *Índice de UIF*.

Medir o uso de IF pode ajudar a explicar e promover o uso dessa informação pelos políticos para a gestão das finanças públicas (incluindo a tomada de decisões e a *accountability*), bem como para fins políticos, sublinhando o uso de ferramentas contabilísticas para melhorar as políticas públicas e a comunicação entre políticos, cidadãos e seus representantes. Finalmente, recorrendo à teoria da contabilidade dialógica, este estudo fornece ideias sobre como avaliar o uso da IF em debates pode promover novas formas de diálogo com vários atores, fomentando a *accountability* e a democracia. •

¹ Jorge, S., Gomes, P., Pimentel, L., Baião, L., & Nogueira, S. (2024). Measuring the use of financial information by politicians in local government. *Public Money & Management*, 44(8), 708–718.

Existe uma relação estatisticamente significativa entre a magnitude das perdas por imparidade e a maioria dos incentivos à gestão de resultados, especificamente, em entidades que passaram por mudanças no cargo de *Chief Executive Officer* (CEO) e no caso das empresas auditadas por umas das Big4.

PRÉMIO PROFESSORA DOUTORA ANA MARIA RODRIGUES 2023/2024

Liliana Pimentel

Gabriela Tavares Rodrigues



A premiada, Gabriela Tavares Rodrigues.

O Prémio Professora Doutora Ana Maria Rodrigues, criado em 2019, destina-se a galardoar o/a Estudante do Mestrado em Contabilidade e Finanças da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra que seja autor/a da dissertação que tenha obtido a melhor classificação neste programa de estudos. No ano letivo de 2023/2024 foi vencedora a dissertação intitulada “O impacto da gestão de resultados e da COVID-19 no reconhecimento de perdas por imparidade em ativos não financeiros: O caso Ibérico”, elaborada por Gabriela Tavares Rodrigues e sob a orientação científica da Professora Doutora Liliana Marques Pimentel.

Esta dissertação analisa o reconhecimento das perdas por imparidades em ativos e a sua relação com os incentivos à gestão de resultados. Apesar da extensa literatura existente nesta área, as conclusões obtidas pelos diversos estudos, até ao momento, não são unânimes, evidenciando lacunas que carecem de investigação adicional. Este estudo procurou preencher tais lacunas, ao estudar os determinantes do reconhecimento das perdas por imparidade em ativos não financeiros em Portugal e Espanha, e introduzindo no estudo o impacto da pandemia COVID-19 na magnitude dessas perdas. A amostra selecionada para este estudo consistiu num painel de 98 empresas cotadas nos mercados de capitais regulamentados de Portugal e Espanha, durante o período de 2014 a 2022.

Os resultados obtidos, para a amostra total, revelam uma relação estatisticamente significativa entre a magnitude das perdas por imparidade e a maioria dos incentivos à gestão de resultados, especificamente, em entidades que passaram por mudanças no cargo de *Chief Executive Officer* (CEO) e no caso das empresas auditadas por umas das Big4. O fenómeno do *big bath* (a manipulação dos resultados para fazer com que os maus resultados pareçam ainda piores, de forma a inflacionar artificialmente os resultados futuros) foi também observado, sugerindo ser uma prática comum entre as empresas analisadas, ao contrário do alisamento de resultados (a redução da volatilidade dos resultados reportados, que na ausência de

alguma ação de gestão não ocorreria) que não se evidenciou como determinante. Adicionalmente, o impacto do rácio de endividamento no reconhecimento de perdas por imparidade mostrou-se positivo, em oposição ao sistema de remuneração dos CEOs que, por sua vez, pareceu inibir esta prática. Quando se segmenta a amostra, percebe-se que o montante das perdas por imparidade das empresas espanholas aparenta ser mais influenciado pelos incentivos à gestão de resultados, nomeadamente pela mudança de CEO e pelo rácio de endividamento. E nas empresas da *Euronext Lisbon* os resultados demonstram uma relação estatisticamente significativa e forte, especialmente, entre a prática de gestão de resultados e os incentivos remuneratórios por parte dos CEOs. A pandemia, por sua vez, revelou-se como um fator significativo apenas em Espanha, inibindo o reconhecimento de perdas por imparidade.

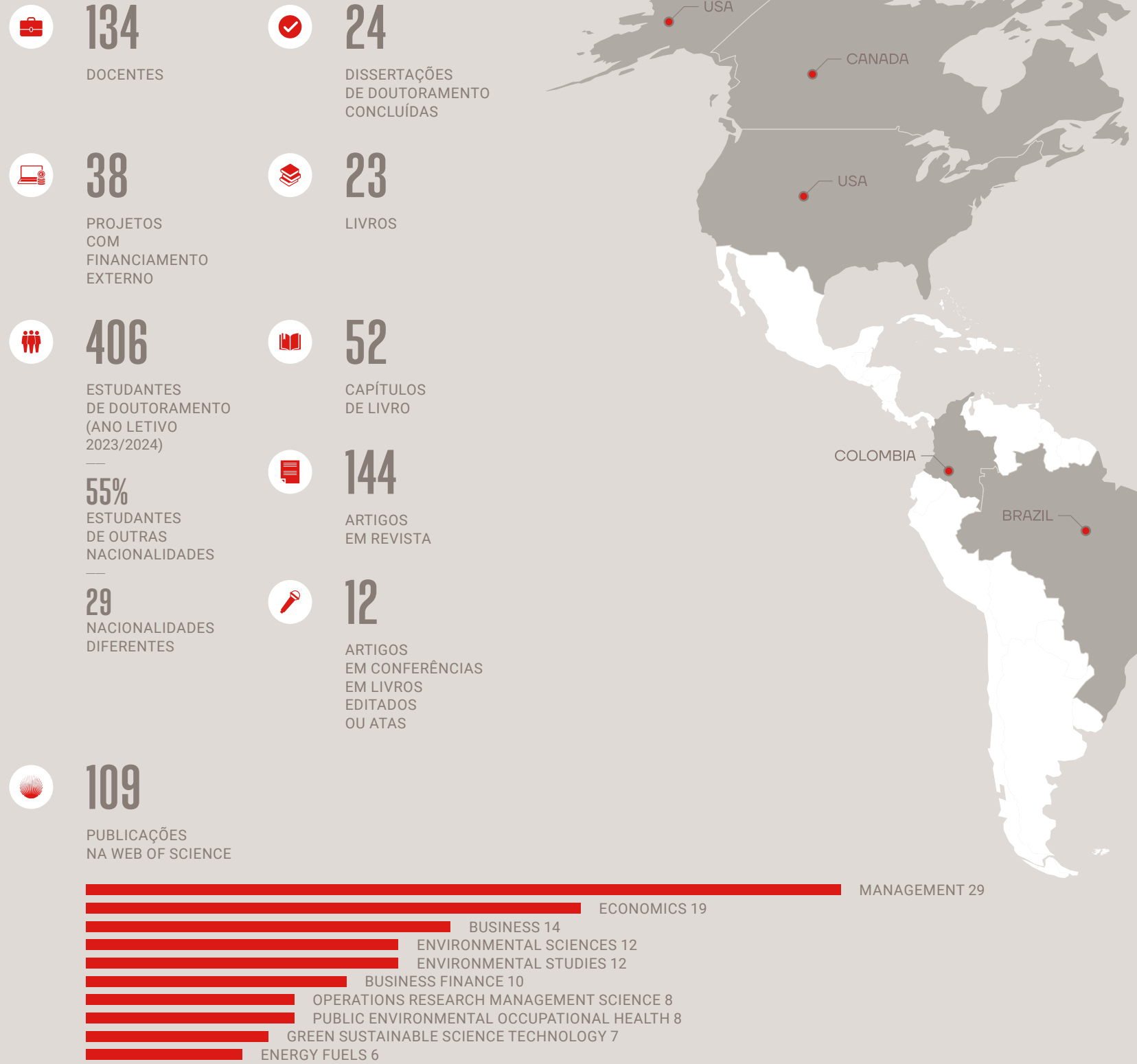
Os resultados obtidos sugerem que a magnitude das perdas por imparidade dos ativos não financeiros parece estar mais fortemente relacionada com incentivos à gestão do que com fatores estritamente económicos, como por exemplo, a taxa de crescimento anual do PIB e/ou o rácio *book-to-market*.

Entende-se que as conclusões decorrentes deste estudo devem ser de interesse para os organismos de normalização, na medida em que permitem entender de que forma é que a discricionariedade concedida pelas normas está a ser explorada. Os resultados deste estudo têm também relevância para auditores e para autoridades reguladoras e de supervisão, uma vez que destacam as motivações subjacentes à manipulação dos resultados no reconhecimento das perdas por imparidade dos ativos não financeiros.

Em todo o caso, o estudo está também sujeito a algumas limitações que devem ser exploradas em investigações futuras, como por exemplo, proceder à análise para uma amostra mais alargada e proceder à inclusão de variáveis que possam controlar os mecanismos de *corporate governance*, dado se considerarem usualmente como dissuasores de comportamentos oportunistas. •



INVESTIGAÇÃO EM NÚMEROS ANO 2024





31

PAÍSES DE AFILIAÇÃO
DOS AUTORES
INTERNACIONAIS:

BRAZIL 13
ENGLAND 7
USA 7
SPAIN 4
IRELAND 3
ITALY 3
AUSTRALIA 2
BELGIUM 2

COLOMBIA 2
NETHERLANDS 2
SCOTLAND 2
SWITZERLAND 2
TURKIYE 2
AUSTRIA 1
AZERBAIJAN 1
BULGARIA 1

BURKINA FASO 1
CANADA 1
CHINA 1
DENMARK 1
EGYPT 1
FINLAND 1
FRANCE 1
IRAN 1

JAPAN 1
KUWAIT 1
NORWAY 1
POLAND 1
ROMANIA 1
SOUTH AFRICA 1
UGANDA 1

TESES DE DOUTORAMENTO DEFENDIDAS EM 2024

DEMOCRACIA NO SÉC. XXI

—
ELEONORA GEA PICCARDI

No cruzamento entre teoria e prática: Como o Confederalismo Democrático Curdo tem articulado feminismo, ecologia e democracia.
Orientação: Maria Teresa Martins, Stefania Barca

—
ROBERTO SCIARELLI

Para uma Ecologia Política dos Subalternos. Plebe, commoners e a reinvenção da democracia em Nápoles, Sul da Itália.
Orientação: Emanuele Leonardi, Stefania Barca

—
SÉRGIO BARBOSA DOS SANTOS SILVA

O surgimento dos WhatsAppers no Sul Global.
Orientação: João Arriscado Nunes, Nenad Stojanović

DIREITO, JUSTIÇA E CIDADANIA NO SÉCULO XXI

—
HERTA RANI TELES SANTOS

O Labirinto dos Direitos Humanos no Século XXI: A construção de novas leituras e práticas de Direitos Humanos diante do poder global das corporações transnacionais e instituições privadas.
Orientação: Daniela Nascimento

—
JOSÉ PÉRICLES PEREIRA DE SOUSA

“Ocupar” a Democracia: Um Conceito Antigo - Uma Política Nova. Movimentos sociais e democracia no século XXI.
Orientação: Ana Raquel Matos

—
NATHALIE NUNES

Direito e Cidade em Movimento: Latências, emergências e resistências na construção do direito na cidade.
Orientação: João Pedroso, Wanda Capeller

GESTÃO DE EMPRESAS

—
BERTHA INÉS VILLALOBOS TORO

Empreendedorismo Social na Colômbia: Determinantes do Desempenho.
Orientação: Miguel Torres Preto, João Maia Couto, José Vaz Ferreira

—
IGOR DE FREITAS MEDEIROS

Cooperação para Sustentabilidade: Trajetória organizativa e gestão cooperativa no combate a pobreza energética em favelas no Rio de Janeiro.
Orientação: Patrícia Moura e Sá, Sílvia Ferreira

—
KARMA LHADEN

Cognitive and affective trust: Antecedents and consequences in the organisational context.
Orientação: Isabel Dimas

—
MARCELO PEREIRA DUARTE

Determinantes de Inovação Nacional: O efeito moderador da cultura e da diversidade.
Orientação: Fernando Carvalho

—
RAIMUNDO AVILTON MENESES JÚNIOR

The antecedents of employees’ and teams’ radical and incremental creativity.
Orientação: Isabel Dimas, Filipe Coelho

GOVERNAÇÃO, CONHECIMENTO E INOVAÇÃO

—
ANA PAULA MOREIRA DA SILVA

Imaginários sociotécnicos sobre sementes crioulas no Brasil.
Orientação: António Paiva de Carvalho, José Manuel Mendes

PÓS-COLONIALISMOS E CIDADANIA GLOBAL

—
ERICK JOSÉ CARVALHO MORRIS

Desaprendizagens, Universidades Populares e Epistemologias do Sul: Um diálogo a partir da Universidade Trashumante e da Universidade Popular dos Movimentos Sociais.
Orientação: Shirley Miranda, Boaventura Sousa Santos

—
LAURA ELISABETE FIGUEIREDO BRITO

Interseção de Raça, Género e Classe? Uma análise das experiências de gravidez, parto e pós-parto das mães negras e afrodescendentes em Lisboa.
Orientação: Maria Susana de Noronha, João Arriscado Nunes

RELAÇÕES INTERNACIONAIS – POLÍTICA INTERNACIONAL E RESOLUÇÃO DE CONFLITOS

MOARA ASSIS ALVES SALZEDAS CRIVELENTE

‘The Absolute Movement of Becoming’: Civil Society and International Law in the Palestinian and Saharawi National Liberation Struggles.

Orientação: Teresa Cravo

PEDRO MIGUEL MOREIRA CONSTANTINO

A Igreja Ortodoxa Russa e o Estado nas Relações de Política Externa Russo-Ucranianas: variações e ausência do espaço.

Orientação: Bernardo Fazendeiro

TIAGO LUÍS RODRIGUES DE CASTRO SOARES

Os Afroamericanos e a Política Externa dos EUA para África: Uma Análise Comparada dos Mandatos de George W. Bush e Barack Obama (2001-2017).

Orientação: Maria Raquel Freire

SOCIOLOGIA

CLÁUDIA INÊS DE CARVALHO SILVA NOGUEIRA

Para lá dos Silenciamentos: Sofrimento mental, integralidade e (im)possibilidades de uma ecologia de cuidados .

Orientação: Pedro Hespanha

INGRID PATRÍCIA SCHAEFER PEREIRA

As Duas Faces de Eva: Histórias de Mulheres Acusadas de Homicídio Conjugal em Portugal.

Orientação: Madalena Duarte

SOCIOLOGIA – CIDADES E CULTURAS URBANAS

ANA CAROLINA LOUBACK LOPES

Por uma política cultural de dimensão territorial: diálogos entre periferias urbanas de Lisboa e São Paulo.

Orientação: Carlos Fortuna, Nabil Bonduki

SOCIOLOGIA – RELAÇÕES DE TRABALHO, DESIGUALDADES SOCIAIS E SINDICALISMO

GILBERTO PENHA DE ARAÚJO

O agronegócio neoliberal, a sustentabilidade ambiental e a exploração do trabalho braçal em canaviais de São Paulo.

Orientação: Stefania Barca, Marcelo Porto

GLÓRIA MARIA LEITE

As saias que surfam as areias: Descortinando o poder das mulheres na comunidade pesqueira da Nazaré, Portugal.

Orientação: Paulo Peixoto

SERGIO MARIANI

A reciprocidade na geração do trabalho cooperativo para cogovernança prisional de reclusos e reclusas na APAC.

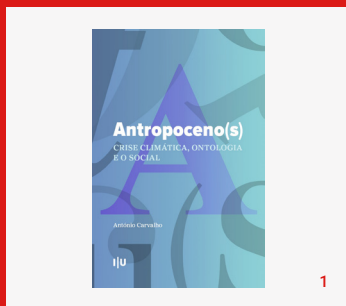
Orientação: Madalena Duarte, Analia Batista

VAMBERTO FERREIRA MIRANDA FILHO

Gewerkschaften 4.0? Recursos de poder e trabalho via plataformas digitais na Alemanha e em Portugal (2012-2022).

Orientação: Hermes Costa, Florian Butollo

LIVROS PUBLICADOS EM 2024



1

1 Carvalho, A. (2024). *Antropoceno(s): Crise Climática, Ontologia e o Social*. Imprensa da Universidade de Coimbra.



3

3 Fernandes, M. J., Camões, P., & Jorge, S. (2024). *Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses 2023*. Ordem dos Contabilistas Certificados (OCC).



6

6 Ferreira, V., Lopes, M., Santos, C., Monteiro, R., & Vieira, C. (2024). *The Integration of the Gender Perspective in Higher Education in Portugal: Building futures*. Centro de Estudos Sociais.



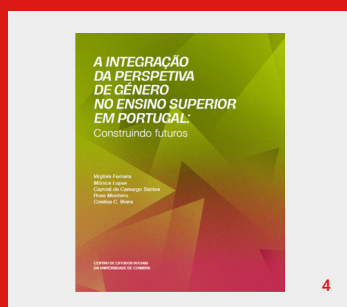
9

9 Gomes, C. F., & Lisboa, J. V. (2024). *Gestão Operacional de Empresas - Instrumentos para Melhoria do Desempenho Organizacional*. Actual Editora



2

2 Estanque, E., de Sousa Barbosa, A., & Maciel, F. (Orgs.) (2024). *Re-trabalhando as classes no diálogo Norte-Sul: Trabalho e desigualdades no capitalismo pós-Covid*. Editora Unesp.



4

4 Ferreira, V., Lopes, M., Santos, C., Monteiro, R., & Vieira, C. (2024). *A Integração da Perspetiva de Género no Ensino Superior em Portugal: Construindo futuros*. Centro de Estudos Sociais.



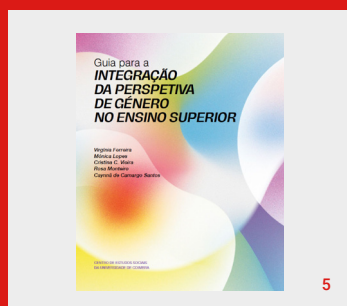
7

7 Fonseca, J. S. da (2024). *Gestão do Risco Bancário*. Almedina.



10

10 Lopes, R. C., António, J., & Góis, P. (2024). *Barómetro da imigração: a perspectiva dos portugueses*. Fundação Francisco Manuel dos Santos.



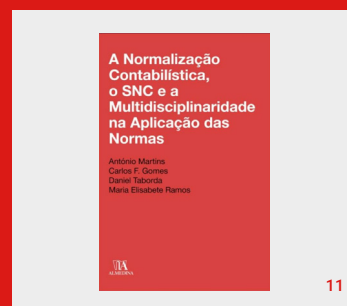
5

5 Ferreira, V., Lopes, M., Vieira, C., Monteiro, R., & Camargo Santos, C. (2024). *Guia para a Integração da Perspetiva de Género no Ensino Superior*. Centro de Estudos Sociais.



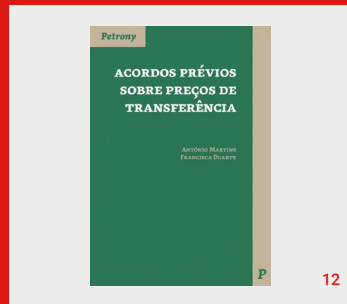
8

8 Gama, A. P., Augusto, M., Duarte, F., & Emanuel-Correia, R. (Eds.). (2024). *Microfinance: Intervention in Challenging Contexts*. Springer.



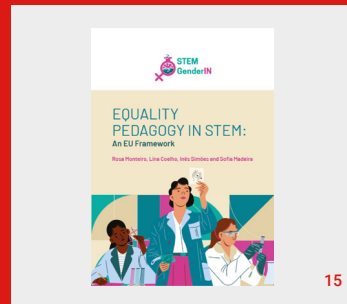
11

11 Martins, A., Gomes, C. F., Taborda, D., & Ramos, M.E. (2024). *A Normalização Contabilística, o SNC e a Multidisciplinaridade na Aplicação das Normas*. Almedina.



12

12 Martins, A., & Duarte, F. (2024). *Acordos prévios sobre preços de transferência*. Petrony Editores.



15

15 Monteiro, R., Coelho, L., Simões, I., & Madeira, S. (2024). *Equality pedagogy in STEM: an EU framework*. Centro de Estudos Sociais.



18

18 Ramos, M. E. (2024). *Direito Comercial e das Sociedades. Entre as Empresas e o Mercado*. (2.^a ed.). Almedina.



21

21 Santos, B. S., & Meneses, M. P. (Orgs.) (2024). *Os Saberes Nascidos na Luta: Construindo as Epistemologias do Sul*. Edições 70.



13

13 Matos, A. R., Almeida, M. S., & Mendonça, P. (Orgs.). (2024). *Tecnociência e Sociedade*. Sociologia do conhecimento, ciência e tecnologia em Portugal. Imprensa de Ciências Sociais.



16

16 Monteiro, R., Lopes, M., Vieira, C. C., Santos, C., & Ferreira, V. (2024). *Políticas públicas de igualdade de género na educação em Portugal: da legislação à difícil transposição prática*. Centro de Estudos Sociais.



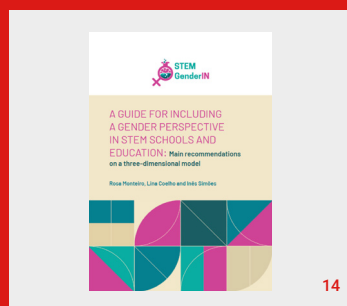
19

19 Reis, J., & Drago, A. (Orgs.) (2024). *O Regresso do Planeamento: percursos e perspectivas sobre planeamento público em Portugal*. Actual Editora



22

22 Saramago, A. (2024). *Grand Narratives in Critical International Theory* (1^a ed.). Routledge.



14

14 Monteiro, R., Coelho, L. & Simões, I. (2024). *A Guide for including a gender perspective in STEM schools and education: main recommendations on a three-dimensional model*. Centro de Estudos Sociais.



17

17 Pureza, J. M., & Nascimento, D. (2024). *O humanitarismo em mudança: do socorismo aos intervencionismos*. Imprensa da Universidade de Coimbra.



20

20 Santos, B. S. (2024). *Miniaturas do Mundo: Livro de Índicios*. Edições 70.



23

23 Trindade, C. (Coord.), Pedroso, P. (Coord.), Ramos, A., Simões, C., Allen, E., Gomes, F., Seiceira, F., Pereira, I., Pedroso, J., Ferreira, L., Alves, T., & Silva, V. (2024). *Livro Branco Trabalho Doméstico Digno*. Sindicato dos Trabalhadores de Serviços de Portaria, Vigilância, Limpeza, Domésticas e Actividades Diversas (STAD).

DOCENTES E ESTUDANTES PREMIADOS EXTERNAMENTE



DOCENTES E ESTUDANTES DA FEUC ENTRE OS PREMIADOS NAS XXXIII JORNADAS LUSO-ESPAÑHOLAS DE GESTÃO CIENTÍFICA

A Faculdade de Educação, Economia e Tecnologia de Ceuta recebeu, entre 24 e 27 de janeiro, a edição de 2024 das Jornadas Luso-Espanholas de Gestão Científica. À semelhança de anteriores jornadas, esta edição viu premiados vários docentes e estudantes da FEUC pela qualidade dos seus trabalhos. Assim:

- Marcelo Duarte e Fernando Carvalho, com a apresentação intitulada “Institutional Quality and The Innovation Input-Output Relationship: A Panel Data Configurational Moderation Analysis”, foram galardoados com o prémio de melhor trabalho na área temática de Inovação e Gestão do Conhecimento.
- Arnaldo Coelho e Beatriz Lopes Cancela foram galardoados com o “Best Paper Award” na área temática de Marketing com o artigo “Alliance management capability, knowledge sharing and technological capabilities in export performance and the role of ambidexterity”.

ESTUDANTES DA FEUC PREMIADAS PELAS SUAS PROVAS ACADÉMICAS

Duas estudantes da FEUC viram premiadas as suas provas académicas no decorrer do ICAFI 2024, International Conference on Accounting and Finance Innovation, organizado pela Universidade de Aveiro nos dias 7 e 8 de julho de 2024. Assim:

- Beatriz Lopes Cancela ganhou o prémio de “Melhor tese de Doutoramento na área das Finanças”;
 - Ana Catarina Leite ganhou o prémio de “Melhor Dissertação de Mestrado na área das Finanças”.
- Recorde-se que esta dissertação havia já sido contemplada com o Prémio Professora Doutora Ana Maria Rodrigues, edição de 2023.

COMUNICAÇÃO PREMIADA EM CONGRESSO INTERNACIONAL

A comunicação da estudante Karma Lhaden, do Doutoramento em Gestão de Empresas da FEUC, realizada em co-autoria com os docentes da FEUC, Isabel Dimas (orientadora) e Humberto Rocha, recebeu o prémio Best PhD Presentation award na 1.ª Edição dos Diálogos em Comportamento Organizacional, um congresso internacional organizado pela Nova School of Business and Economics. O prémio, no valor de 500 euros, foi anunciado na sessão de encerramento do Congresso, que decorreu nos dias 13 e 14 de setembro.

DOCENTE DA FEUC PREMIADA EM PROJETO CULTURAL

Rosa Monteiro recebeu, no dia 9 de março de 2024, o prémio na categoria Cidadania e Igualdade na Semana Arte Mulher, uma iniciativa multidisciplinar produzida pela Editorial Novembro. Tendo decorrido entre os dias 6 e 12 de março, na vila de Nazaré, a Semana Arte Mulher é um projeto cultural que pretende refletir, por diversas formas, acerca do papel da mulher na sociedade.



PRÉMIO AMR – ACCOUNTING AND MANAGEMENT REVIEW BEST PAPERS AWARD PARA DOCENTE E ESTUDANTE DA FEUC

O artigo “A Literacia Financeira dos Decisores Financeiros de Pequenas e Médias Empresas Portuguesas”, da autoria de Liliana Pimentel e Cátia Andrade, recebeu o prémio “Best Paper Award” no XXIII Grudis Conference and Doctoral Colloquium, que teve lugar no Instituto Superior de Contabilidade e Administração da Universidade de Aveiro, entre os dias 2 e 3 de fevereiro.

ESTUDANTES DA FEUC VENCEM GLOBAL MANAGEMENT CHALLENGE

Cinco estudantes da FEUC – Inês Sousa (Licenciatura em Gestão), Leonor Carreiro (Licenciatura em Economia), Joel Calado Ramalho (Licenciatura em Economia), Jorge Miguel Cordeiro (Licenciatura em Economia) e Pedro Carrasqueira (Licenciatura em Economia) – venceram a 44.ª edição nacional do Global Management Challenge. Trata-se de uma competição de estratégia e gestão que consiste numa simulação empresarial interativa que confere a cada equipa a possibilidade de gerir uma empresa com o objetivo de obter o melhor desempenho do investimento para a sua empresa no mercado em que se insere.



FACULDADE DE ECONOMIA
UNIVERSIDADE D
COIMBRA

FACULDADE DE ECONOMIA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

AV. DIAS DA SILVA, 165 — 3004-512 COIMBRA
GPS: 40.214698 -8.408988
+351 239 790 500

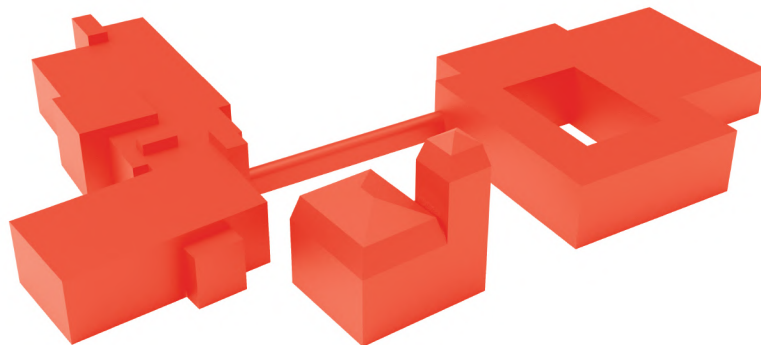
UC.PT/FEUC

 /FEUC_FACULDADE_ECONOMIA

 /FACULDADEECONOMIAUNIVERSIDADECOIMBRA



FACULDADE DE ECONOMIA
UNIVERSIDADE DE
COIMBRA



 /FEUC_FACULDADE_ECONOMIA

 /FACULDADEECONOMIAUNIVERSIDADEDECOIMBRA

FACULDADE DE ECONOMIA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

AV. DIAS DA SILVA, 165 – 3004-512 COIMBRA
GPS: 40.214698 -8.408988
+351 239 790 500

UC.PT/FEUC